

E-BOOK

GUIA ESTRATÉGICO

PLANEJAMENTO EM
GESTÃO PÚBLICA - ELEIÇÕES 2024

eixos

estrutural
partido
temático

Sumário

APRESENTAÇÃO

VILMAR ZANCHIN *Presidente do MDB-RS* ————— **05**

PAULO SALERNO *Presidente da FUG-RS* ————— **07**

EIXO ESTRUTURAL

01. GOVERNANÇA E DEMOCRACIA *José Fogaça* ————— **09**

02. ORÇAMENTO PÚBLICO *Antonio Paulo Gargnin* ————— **13**

03. CIDADES QUE INSPIRAM *Joel Maraschin e Anderson Criativo* ————— **16**

EIXOS TEMÁTICOS

01. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO ————— **21**

• OS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL ————— **21**
Roger da Rocha Pozzi e Sebastian Watemberg

• A JUNTA COMERCIAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESTÁ ENTRE AS MAIS MODERNAS DO PAÍS ————— **24**
Lauren Momback Mazzardo

02. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ————— **26**

• DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ————— **26**
Janis Loureiro e Paulo Salerno

03. EDUCAÇÃO PARA O FUTURO ————— **30**

• EDUCAÇÃO: OPORTUNIDADE PARA CONSTRUÍRMOS CAMPANHAS
ELEITORAIS FOCADAS EM UM FUTURO DE ESPERANÇA ————— **30**
Luis Felipe Loro

04. SEGURANÇA PÚBLICA ————— **33**

• MUNICÍPIOS E SEGURANÇA PÚBLICA:
DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO GESTOR MUNICIPAL ————— **33**
Emerson Wendt

EIXOS TEMÁTICOS

05. SAÚDE PÚBLICA	37
• SUS – SAÚDE Municipal <i>Márcia Scherer</i>	37
06. INOVAÇÃO E TECNOLOGIA	40
• A INOVAÇÃO A SERVIÇO DAS CIDADES <i>Kassiano Fraga</i>	40
07. AGRICULTURA SUSTENTÁVEL	43
• O FUTURO DA AGRICULTURA APÓS AS CATÁSTROFES CLIMÁTICAS <i>Clair Tomé Kuhn</i>	43
08. JUSTIÇA SOCIAL E EQUIDADE	46
• PLANO DE GOVERNO PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL <i>Gustavo Segabinazzi Saldanha e Aline Aparecida Lazzari</i>	46
09. PLANEJAMENTO URBANO E MOBILIDADE	52
• PENSANDO O FUTURO DAS CIDADES <i>Clovis Garcez Magalhães</i>	52
10. CULTURA E IDENTIDADE LOCAL	55
• O QUE SE PODE FAZER COM A CULTURA; O QUE A CULTURA PODE FAZER PELA GENTE <i>Antonio Hohlfeldt</i>	55
11. PREVENÇÃO ÀS CATÁSTROFES CLIMÁTICAS	58
• PREVENÇÃO DO RISCO DE CATÁSTROFES CLIMÁTICAS <i>Paulo Salerno</i>	58
12. TRANSIÇÃO ENERGÉTICA	62
• TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA: UM CAMINHO SUSTENTÁVEL PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL <i>Ademir Baretta</i>	62

EIXO PARTIDÁRIO

01. ASSOCIAÇÃO DE PREFEITOS E VICES	66
• A BOA PRÁTICA DA GESTÃO MUNICIPAL <i>Gustavo Peukert Stolte</i>	66
02. ASSOCIAÇÃO DE VEREADORES	68
• PROTAGONISMO NO LEGISLATIVO MUNICIPAL <i>Ricardo Adamy</i>	68

EIXOS PARTIDÁRIO

03. JUVENTUDE 70

- JUVENTUDE: CONSTRUINDO FERRAMENTAS DE INCLUSÃO SOCIAL 70
João Francisco Coimbra Parenti – Fifo

04. MDB MULHER 72

- A VOZ DA MULHER NA GESTÃO PÚBLICA:
UM COMPROMISSO PARA O FUTURO 72
Cristiane Lohmann

05. CAUSA ANIMAL 75

- CAUSA ANIMAL: FORTALECENDO COMPROMISSOS
E NOVAS POLÍTICAS PÚBLICAS 75
Lourdes Sprenger

06. DIVERSIDADE 78

- DIVERSIDADE E MDB:
ESTRATÉGIAS PARA INCLUSÃO E PROTEÇÃO 78
Aiesa Pedroso

07. COMUNITÁRIO 81

- PROTAGONISMO COMUNITÁRIO 81
Milena Lopes

08. MDB AFRO 83

- A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS ANTI-RACIAIS 83
Juciane Afrausino

09. CULTURA 85

- CULTURA: PILAR DE DESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO 85
Deodoro Gomes

UMA BOA LEITURA!

TEENIA

DEMOCRACIA E MUNICIPALISMO: a nossa história de contribuição

VILMAR ZANCHIN

O período da campanha eleitoral é um dos mais importantes do processo democrático. E para o MDB que nasceu da vontade popular de devolver o direito de escolha ao seu povo, essa fase é ainda mais simbólica.

Por essa razão, há mais de cinco décadas nos orgulhamos da participação em cada nova eleição e de oferecer à população propostas que estejam em sintonia com as suas necessidades.

E nesta larga trajetória, junto com a bandeira DEMOCRÁTICA, empunhamos constantemente a bandeira do MUNICIPALISMO. Conhecer a realidade de cada localidade do estado é pré-requisito para contribuir com projetos e iniciativas que de fato transformem para melhor a vida das pessoas em cada cidade do Rio Grande do Sul.

E nesta jornada em busca do pleno desenvolvimento social, cultural e econômico – como partido político –, o MDB vem imprimindo a sua marca.

E nestas eleições, mais uma vez, reunimos nesta publicação talentos para ofertar aos nossos candidatos a prefeito, a vice-prefeito e a vereador, perspectivas de mundo e de futuro. Neste documento, reunimos a contribuição de técnicos e de políticos sobre elementos que venham a corroborar na gestão pública e no legislativo municipal.

Entre as temáticas estão Governança e Democracia; Orçamento Público; Agricultura Sustentável; Educação; Segurança e Prevenção de Catástrofes Climáticas.

Estar por dentro do que pensa emedebistas especialistas em cada um destes setores, é também estar atualizado sobre as iniciativas e soluções de agentes públicos do nosso partido em suas respectivas atuações.

Portanto, o objetivo deste e-book é disponibilizar subsídios que para – no exercício dos novos mandatos a partir de 2025, os emedebistas possam apresentar soluções para as reais necessidades da sociedade.

Neste sentido, disponibilizamos esse material produzido com muito carinho, zelo e respeito àqueles que representam o nosso partido em cada recanto do Rio Grande do Sul.

Boa leitura e boa campanha a cada um de vocês.

Até à Vitória.

Vilmar Zanchin, presidente do MDB-RS



Vilmar Perin Zanchin, natural de Marau, é advogado e deputado estadual pelo terceiro mandato. presidiu a Assembleia Legislativa de janeiro de 2023 até janeiro de 2024. No Parlamento gaúcho, também comandou a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), uma das mais importantes da casa, foi membro titular da Comissão da Agricultura e líder da Bancada do MDB. Em sua trajetória política também foi prefeito reeleito em sua cidade natal, presidente da Famurs e da Associação dos Municípios da Grande Passo Fundo e da Encosta Superior do Nordeste-Serra, vice-prefeito, vereador, secretário municipal do Trabalho e Assistência Social e coordenador regional do MDB na Grande Passo Fundo.

CONTRIBUIÇÕES PARA BOAS GESTÕES MUNICIPAIS

PAULO SALERNO

O Movimento Democrático Brasileiro, no Estado do Rio Grande do Sul, sempre contou com um grande número de gestões municipais e, em 2024, apresentou mais de duas centenas de candidaturas aos executivos municipais em todas as regiões do estado.

Neste trabalho, que ora apresentamos por meio de um e-book, estamos trazendo informações que julgamos extremamente importantes para embasar suas eleições nos municípios gaúchos e também no suporte às futuras administrações municipais que serão comandadas por homens e mulheres do nosso partido.

Procuramos aqui trazer a palavra e a contribuição de diversos companheiros e simpatizantes do partido com afinidade e experiência em gestão pública em diferentes áreas. Esperamos assim enquanto Fundação que tem a vocação de ser uma entidade formadora de conceitos norteadores da condução do país rumo ao desenvolvimento democrático estar contribuindo para gestões exitosas nas cidades administradas pelos gestores filiados ao MDB.

Aproveito, ainda como Presidente em exercício da FUG/RS, para agradecer a todos que contribuíram com seus artigos para o engrandecimento desta obra.



EXXO ESTRUTURAL

Realização:



01. GOVERNANÇA E DEMOCRACIA

Os alicerces estruturantes da Governança Democrática

JOSÉ FOGAÇA

A governança democrática é um dos requisitos essenciais à modernidade política. O fenômeno das redes trouxe consigo uma nova exigência de descentralização das políticas públicas e um inusitado empoderamento da voz que vem das comunidades e dos indivíduos.

Há novas formas de construção da opinião pública, em um nível que nenhuma das gerações anteriores conheceu. Dilui-se o valor dos estamentos hierárquicos, reduz-se espantosamente o gosto pelo consenso. As redes dão voz e vez ao indivíduo.

A marcha batida dos grandes avanços tecnológicos e das grandes transformações sociais contemporâneas leva tudo por diante e produz novos padrões éticos, identitários, políticos e sociais.

O choque social mais contundente de nossa época não é o conflito de gerações, que caracterizou os anos 60 e 70 do século passado. Hoje o conflito se expressa, na verdade, em um grande desarranjo comportamental: vivemos a era da ambiguidade e da polarização.

De um lado, a vocação autoritária teima em não desaparecer. Vê-se isso claramente em nosso país. A vizinha Venezuela, em pleno 2024, é uma triste demonstração de como a obsessão autoritária se nega a deixar o poder, mesmo na condição da mais absoluta ilegitimidade. Os Estados Unidos, cujos valores democráticos são admirados pelo mundo desde os

tempos de Tocqueville, podem estar às vésperas de um grave retrocesso político.

De outro lado, paradoxalmente, a revolução da modernidade, na tecnologia, nos costumes, nos modos de produção, ao tempo que intimida a democracia, a torna cada vez mais necessária. Riscos e ameaças surgem em cada canto. Insistir no fortalecimento das liberdades e na solidez de uma governança democrática é cada vez mais urgente e indispensável.

Governança democrática tem a ver com quatro alicerces estruturantes: institucionalidade, autoridade, legitimidade e funcionalidade.

A institucionalidade tem a ver com a solidez, a maturidade das instituições e o grau de respeito que a população a elas devota. Tentar minar as instituições da democracia, como o voto, as eleições, a Justiça Eleitoral, os partidos políticos, a moeda, os órgãos de regulação, é claramente um ato de natureza antidemocrática e, por óbvio, um empecilho à governança.

A autoridade, por sua vez, decorre necessariamente da vontade popular, ela precisa se fundamentar no voto livre e se sustentar em um arcabouço legal e constitucional inquestionável. Sem autoridade constituída e respeitada torna-se impossível uma articulação viável de soluções democráticas com vistas ao bem comum. Torna-se impossível governar.

A governança só tem legitimidade se não for imposta pela força, se não for urdida pela mentira, pelo engodo, pela fraude, se não resulta da manipulação da opinião pública, se não afronta a liberdade de manifestação, se não usa da violência para tolher o direito de reivindicar.

Em última análise, essas três características (institucionalidade, autoridade, legitimidade) acabam por

garantir funcionalidade à governança. Se as estruturas representativas conseguem operar livremente, produzindo soluções sociais, econômicas e políticas que se coadunam com o interesse público, se o poder pode ser questionado administrativa e politicamente pelos cidadãos, pela imprensa, pelos partidos de oposição, sem que esses cidadãos sejam objeto de perseguição e violência, se o livre exercício dessas prerrogativas não se encontra sob ameaça, então, sim, temos uma governança funcional.

É importante ressaltar, por fim, que a governança se completa como construção política democrática na correlação Estado-sociedade civil. Ela pode propiciar o surgimento de um novo e relevante ator político, que os tempos que vivemos estão a exigir: o cidadão-gestor, o cidadão participativo, consciente, atuante, capaz de entender as necessidades básicas de uma comunidade e ser um grande protagonista na articulação de caminhos e soluções.

A governança solidária local pode ser uma importante ferramenta de inovação social. Os governos municipais, principalmente, podem se tornar uma forte alavanca de novas formas de participação, dando voz ao cidadão-gestor. Novas estratégias de intervenção nas cidades podem nascer desse cruzamento, com base na cooperação e na cogestão de programas, projetos e ações que associem o poder público, a iniciativa privada e as organizações não governamentais.

Uma creche pode ser construída pelo Município e gerida pela comunidade, com financiamento e supervisão públicos. Vizinhos podem criar modos de segurança e vigilância mútua nos bairros e nas vilas populares. Um orçamento que não existia pode surgir da solidariedade cidadã, um novo capital social pode ser produzido para o atendimento das mais diversas demandas da população. Praças e outros locais pú-

blicos podem ser geridos e cuidados por cidadãos.

Minhas sugestões: 1. Criar a Secretaria de Governança Democrática Solidária; 2. Introduzir no programa de governo propostas novas de institucionalização de parcerias viáveis e construtivas com a população, que gerem protagonismo e ampliação de recursos humanos, através da Governança; 3. Criar um programa de formação básica para candidatos e contratados para os diversos conselhos sociais existentes ou que virão a ser criados no município.

Grandes benefícios podem provir de uma associação entre o povo e o governo de uma cidade. Quando ambos acreditam na força da governança democrática e solidária



JOSÉ FOGAÇA

Advogado, professor de literatura, é o atual vice-presidente do Diretório Estadual do MDB no RS e presidente do Conselho Editorial da Fundação Ulysses Guimarães. Eleito deputado estadual em 1978, foi coordenador da campanha das Diretas Já, em 1984, quando exercia o mandato de deputado federal desde o ano de 1982. Senador Constituinte, eleito em 1986, teve protagonismo na defesa do estado democrático de direito, nas liberdades civis e cidadãs durante a formulação da Carta Constituinte de 1988. É ex-prefeito de Porto Alegre, eleito em 2004, reeleito em 2008.

02. ORÇAMENTO PÚBLICO

Desafios para qualificação do orçamento público municipal

ANTONIO PAULO CARGNIN

O sistema de planejamento brasileiro é estruturado em três principais instrumentos: o Plano Plurianual (PPA), que define as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para um período de quatro anos; a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que orienta a elaboração do orçamento anual; e, a Lei Orçamentária Anual (LOA). É a lei do orçamento o instrumento que define a gestão anual dos recursos financeiros de um governo, estimando de forma planejada a receita e a despesa, para atender as demandas da sociedade.

Sua elaboração segue princípios como da anualidade; da clareza; do equilíbrio, que exige que as despesas sejam compatíveis com as receitas; da exclusividade, que proíbe a inclusão de matéria estranha à fixação das despesas e à previsão das receitas; e, da publicidade, que assegura a transparência e o acesso às informações sobre a utilização dos recursos públicos. O objetivo é garantir que as políticas públicas sejam implementadas para proporcionar melhores serviços ao cidadão.

Muitos são os desafios para sua elaboração e implementação nos municípios. A limitação das fontes de receita faz com que a grande maioria dependa de transferências intergovernamentais, condição que dificulta a autonomia financeira e a capacidade de planejamento a longo.

A falta de capacidade técnica na elaboração

e execução do orçamento é outro limitador. Falhas no planejamento e dificuldades na gestão, resultam em orçamentos mal preparados e em uma execução orçamentária ineficiente, comprometendo a efetividade da implementação das políticas.

Por fim, as competências municipais exigem altos gastos com pessoal e encargos previdenciários. Esses gastos consomem uma parcela significativa dos recursos, muitas vezes ultrapassando os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o que reduz a sustentabilidade orçamentária.

Para melhorar a gestão orçamentária, alguns temas que estão dentro da esfera de gerenciamento dos municípios merecem especial atenção:

- ◆ Promover a capacitação técnica dos gestores em planejamento e execução orçamentária, incluindo práticas de transparência e participação popular.
- ◆ Fortalecer a capacidade de arrecadação local, por meio da modernização dos sistemas de arrecadação, ampliando a receita própria dos municípios. Qualificar os indicadores de educação – Índice Municipal de Ensino do Rio Grande do Sul (IMERS), também é uma oportunidade para melhorar a repartição dos recursos.
- ◆ Adotar medidas para controlar o crescimento dos gastos com pessoal e encargos previdenciários, o que irá possibilitar a sustentabilidade a longo prazo e pode liberar recursos para investimentos em outras áreas essenciais.

Os gestores municipais devem adotar uma abordagem estratégica, priorizando a capacitação técnica, o fortalecimento da arrecadação local e o controle rigoroso dos gastos. Só assim será possível garantir a eficiência na gestão dos recursos e a melhoria dos serviços prestados à população.



ANTÔNIO PAULO CARGINI

Assessor técnico do Gabinete de Projetos Especiais do Vice-Governador. Mestre em Planejamento Urbano e Regional e Doutor em Geografia pela UFRGS. Analista de Políticas Públicas e Projetos da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão – SPGG (1994-2024). Atuou como Subsecretário de Planejamento da SPGG (2020-2022) e Diretor do Departamento de Planejamento Governamental (SPGG/DEPLAN) (2015-2020). Também é professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

03. CIDADES QUE INSPIRAM

Cidades que inspiram

JOEL MARASCHIN //// ANDERSON CRIATIVO

É possível reimaginar a sua cidade? O conceito de cidades inteligentes e resilientes se popularizaram nos últimos anos. Mas não seria melhor imaginar uma cidade INSPIRADORA?

As cidades são elementos fundamentais para o futuro da humanidade. Grande parte das cidades brasileiras não passa de um emaranhado de bairros, sem uma visão clara sobre suas vocações e perspectivas futuras para os seus cidadãos. Planos, ações e investimentos precisam ser feitos com a população em mente, não apenas em votos.

Cidades que adotarem uma postura mais ambiciosa, no sentido de atrair investimentos, oferecendo qualificação de mão de obra, viverão décadas de avanço social e econômico. Mas, como mudar o local que escolhemos para viver?

A primeira pergunta que todo gestor sempre faz é: Como fazer sem dinheiro? Fazer qualquer coisa sem dinheiro não é uma missão muito fácil. Ainda mais quando o dinheiro é público e as limitações orçamentárias são uma barreira. Diante disso, muitos gestores adotam uma postura “engessada” de que não dá para fazer muita coisa, principalmente no primeiro ano de mandato, onde o orçamento está geralmente comprometido com gastos e decisões tomadas pelo gestor anterior.

A falta de uma visão de longo prazo, somada a falta de conhecimento dos setores econômicos emergentes e das possibilidades que as novas

tecnologias trazem, tornam tudo ainda mais difícil. Por isso, acredito em um modelo simples para inspirar a sua cidade, dividida em três eixos: Elementos Essenciais (Dignidade, Perspectiva e Sensibilidade), Efeitos Diretos (Orgulho e Convivência) e Ideal (Felicidade).

Viver com DIGNIDADE é o mínimo que desejamos como seres humanos. Uma cidade que usa dignidade como um dos elementos de planejamento das suas ações, parte do princípio que oferecer dignidade aos seus cidadãos mais humildes provoca um efeito altamente positivo em toda a cidade. A visita de um médico com regularidade para o acompanhamento da saúde das crianças, por exemplo, mexe positivamente com a dignidade de uma comunidade.

Gestores Públicos precisam também ter PERSPECTIVA de suas ações. Ao longo das últimas décadas a decadência e a ascensão de alguns setores econômicos foram determinantes para o sucesso ou fracasso de diversas cidades. Algumas cidades ainda não conseguiram criar vetores econômicos e fomentar setores que possam substituir a arrecadação e os empregos que as indústrias costumavam oferecer.

Prefeitos, e Vereadores precisam entender que o século XXI trouxe mudanças para sempre. Pensar e agir como se vivêssemos no século XX (ou XIX) não trará avanço algum para a sua cidade. Candidato, você já se perguntou: Qual é a vocação da sua cidade? Como reter os jovens? Para onde sua cidade está indo?

As grandes diferenças sociais do país fazem com que a SENSIBILIDADE em entender os cidadãos pareça algo fútil ou mesmo secundário, mas não é. Ao mesmo tempo em que uma cidade

contemporânea precisa entregar dignidade à sua população mais humilde, também precisa ser capaz de entregar atrações para que os seus cidadãos de todas as classes sociais possam sair dos seus condomínios e bairros e participar de experiências artísticas, culturais, esportivas e educacionais.

A sensibilidade pode ser um novo vetor econômico da sua cidade, humanizando o cidadão, contribuindo positivamente, fomentando o turismo e o comércio local. Fomentar as atividades artísticas, promover festivais de dança, orquestras, peças provocam sentimentos positivos e de orgulho à cidade.

Sentir ORGULHO é viver de verdade a cidade. Inovar é experimentar uma nova maneira de enxergar as cidades. Os gestores precisam imaginar meios de nos fazer sentir orgulho, não por uma questão de vaidade ou bairrismo, mas porque é na cidade onde moramos que boa parte da nossa vida acontece.

É possível fazer os cidadãos felizes? Felicidade é um conceito abstrato, mas é bem realista imaginar que TODOS NÓS seríamos felizes em uma cidade onde as pessoas são tratadas com dignidade, com perspectivas reais de desenvolvimento econômico e social, e uma série de sentimentos que mexam com nossas emoções.

Não tenho dúvida alguma que, um excelente ponto de partida para uma gestão pública de sucesso, para tornar seus cidadãos felizes, é priorizar ao menos um projeto de Dignidade, um de Perspectiva e um de Sensibilidade, como ponto de partida para uma nova geração histórica de CIDADES QUE INSPIRAM!



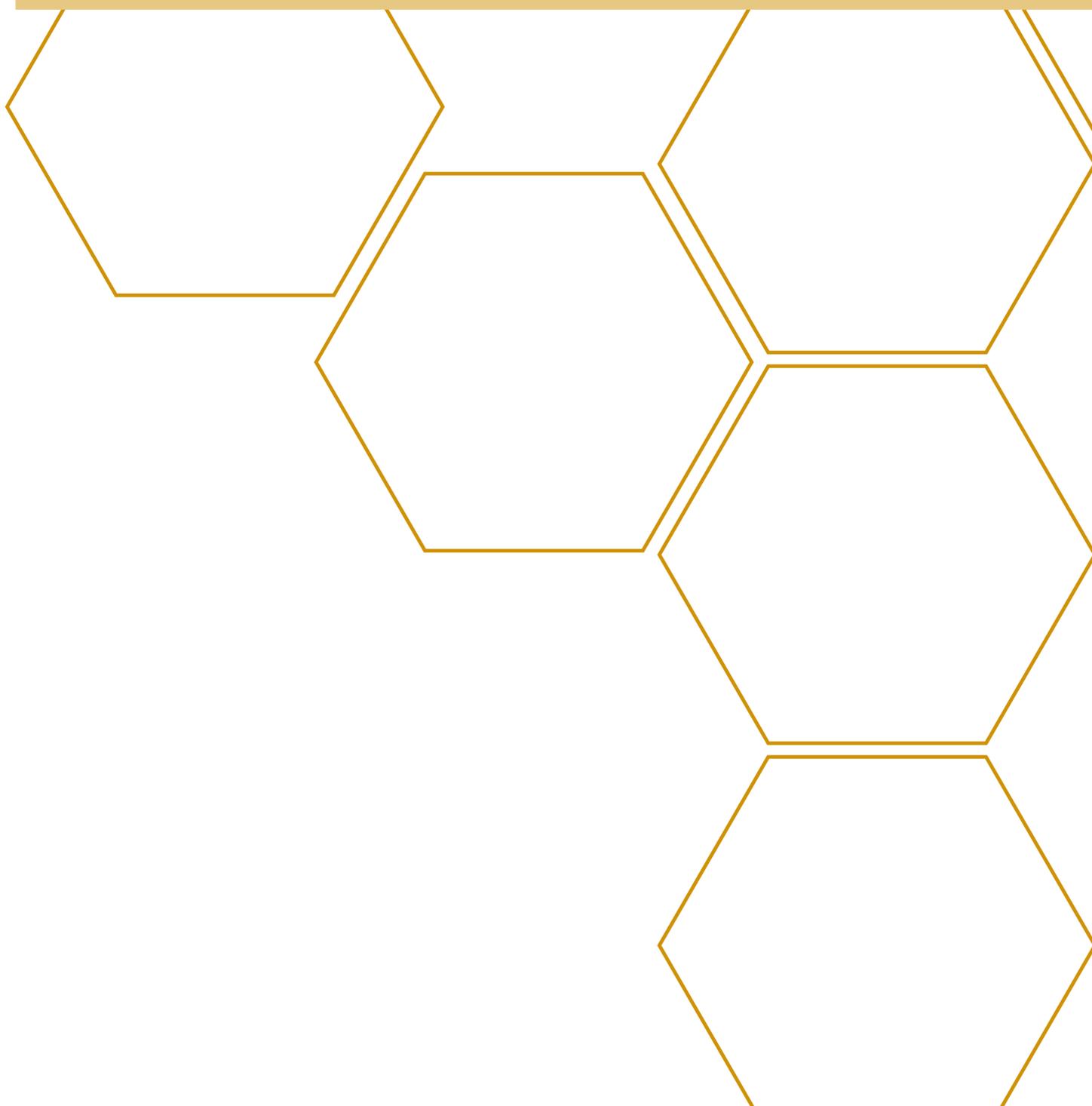
JOEL MARASCHIN

Jornalista e Gestor Público, atual Chefe de Gabinete da Secretaria de Agricultura e Pecuária do RS, ex-Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, ex-Vereador do Município de Butiá e Secretário Geral da FUG/RS.



ANDERSON CRIATIVO

Possui MBA em Gestão Empresarial, Co-fundador e CEO do Hub de Inovação ONOVOLAB, na cidade de São Carlos em São Paulo, com mais 4 filiais no Estado. Incentivador das pautas de tecnologia, inovação e transformação digital.





EXXOS

TEMÁTICOS

Realização:



01. DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

Os desafios do Desenvolvimento Regional

ROGER DA ROCHA POZZI /// SEBASTIAN WATEMBERG

A Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico do RS possui importantes ferramentas que são diferenciais na decisão do empreendedor em investir em solo gaúcho: O FUNDOPEM e o INTEGRAR que permitem ao investidor se financiar com o próprio imposto gerado, o PROEDI que permite adquirir terras do Estado com descontos que podem chegar a 90%.

Na mesma sintonia existem programas como: “Redes Cooperação, Arranjos Produtivos Locais, ExportaRS, Programa de Feiras”, entre tantos outros.

Fazer o desenvolvimento econômico de um Estado ou Município é um grande desafio, pois esse processo é uma corrente de vários elos que precisamos entender como cada um se encaixa. Isso vem fazendo com que o Governo do Estado se reposicione no cenário nacional.

Ano passado o parlamento gaúcho autorizou a criação de uma agência de desenvolvimento moderna com menos amarras burocráticas, tendo a participação total da iniciativa privada na sua condução. Essa estrutura vem em linha com que outros importantes Estados do país já fazem e terá time técnico e político para atrair novos investidores, bem como ajudar a alavancar nossa produção e indústria Gaúcha. O InvestRS, como já está sendo chamado, será uma grande ferramenta, inclusive para os municípios, mas principalmente para quem pretende investir no RS.

O ano de 2024 nos impôs novas adversidades e não

deixaremos de enfrenta-las, mas nunca perdendo de vista nossos grandes obstáculos: Logística de produção, perfil e localização do mercado consumidor, matéria prima, mão de obra qualificada, tributos inúmeros e importante, mas destacamos dentre eles a Educação.

Nesse sentido, todos sabemos que o Rio Grande do Sul vive um momento crucial de transição demográfica. O Estado, que por anos se beneficiou do chamado “bônus demográfico” – período em que a população em idade ativa cresce mais rapidamente que a população dependente – agora enfrenta os desafios de uma população envelhecida e com menor taxa de natalidade.

Com o fim do bônus demográfico, o crescimento econômico do RS não poderá mais se sustentar apenas pelo aumento da quantidade de trabalhadores. A partir de agora, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) dependerá, fundamentalmente, do aumento da produtividade.

Produtividade é a relação entre a quantidade de bens e serviços produzidos e os recursos utilizados para produzi-los. Para aumentar a produtividade, é preciso investir em inovação e promover a industrialização. A inovação, seja ela tecnológica, de processos ou de produtos, permite que as empresas produzam mais.

Para que o estado consiga inovar e se (re)industrializar, é fundamental contar com uma força de trabalho altamente qualificada. Isso significa investir em educação de qualidade em todos os níveis, mas especialmente na educação básica, papel que compete aos nossos municípios.

Uma educação de qualidade proporciona às pessoas as habilidades necessárias para competir no mercado de trabalho cada vez mais exigente. Além

disso, uma população educada é mais capaz de participar ativamente da vida política e social, contribuindo para o desenvolvimento de um Estado mais justo e democrático.

O fim do bônus demográfico no RS representa um desafio, mas também uma oportunidade para o Estado se transformar e construir um futuro mais próspero e, como mencionado, o município tem papel fundamental nesse processo.



ROGER DA ROCHA POZZI

É administrador de empresas, atualmente Diretor-Geral adjunto da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, tendo passado pela iniciativa privada como Diretor Comercial em empresas do setor de serviços e comércio exterior.



SEBASTIAN WATEMBERG

É Diretor de Promoção Comercial e Assuntos Internacionais na Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Profissional graduado em Direito pela PUCRS e pós-graduado em Processo Civil pela Academia Brasileira de Direito Processual Civil. Tem MBA em Gestão Executiva pela ESPM (RS) e pela Universidade Antonio de Nebrija, na Espanha. Participou da pós-graduação “Princípios e Valores da Liderança Empresarial e Comunitária” pelo Insper. Atua institucionalmente como Diretor Regional da BRIL Chamber (Câmara Brasil-Israel).

A Junta Comercial do Rio Grande do Sul está entre as mais modernas do país

LAUREN MOMBACK MAZZARDO

Hoje no RS é possível abrir uma empresa que tenha atividade de baixo risco em menos de 10 minutos de forma segura, fácil, sem burocracia e totalmente gratuita. A plataforma “Tudo Fácil Empresas” automatiza e simplifica todo o registro e dispensa de licenciamentos.

A integração com a Redesim é outra entrega importante para os gaúchos. Ela permite aos municípios acessar informações de todos os empreendimentos, garantindo benefícios e segurança sem burocracia. O sistema usa o CNPJ como número de inscrição municipal, facilitando o relacionamento com órgãos estaduais e municipais.

Abrir uma empresa através do WhatsApp, simplificando o processo de forma acessível e intuitiva já é possível no nosso Estado. O sistema oferece benefícios tanto para empreendedores quanto para gestores públicos, sendo gratuito e com suporte completo para implementação.

E nos próximos meses estaremos no Metaverso concentrando os serviços da junta comercial em um ambiente virtual aos usuários. Outra inovação chegando é a Inteligência Artificial, que ainda em 2024 fará análise dos processos de abertura, alteração e extinção de empresas. A ideia é otimizar a gestão pública, disponibilizando mais eficiência e agilidade aos empresários.

Nosso trabalho à frente da Junta Comercial vai além da modernização. Levamos nosso trabalho pra es-

trada e nos aproximamos do cidadão reunindo com mais de 400 municípios em 12 jornadas de interiorização, nos últimos 2 anos. O objetivo desse trabalho é promover palestras sobre inovação, tecnologias, desburocratização, atualizações na legislação econômica, simplificação de processos, tudo que contribua melhorias no ambiente de negócios.

Por fim, estamos implementando o projeto Avança Mulher Empreendedora, destinado para mulheres que empreendem em comunidades com alto índice de vulnerabilidade social e econômica e que foram atingidas diretamente pelas enchentes. O objetivo é restabelecer a produtividade desses locais capacitando e dando visibilidade para essas empreendedoras gerirem seus negócios.



LAUREN MOMBACK MAZZARDO

É primeira mulher a Presidir a Junta Comercial do RS, em 147 anos de história. Também é Auditora do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE. Advogada. Mestranda em Direito dos Negócios e da Tecnologia, pela Ambra University, do Estado da Florida/EUA. Especialista em Direito Público, Direito do Trabalho e Previdenciário.

02. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Desenvolvimento Sustentável

JANIS LOUREIRO /// PAULO SALERNO

O desenvolvimento sustentável é um conceito necessário para o planejamento de políticas públicas para os municípios. Trata-se de buscar garantir que as necessidades do presente sejam atendidas sem comprometer as necessidades das futuras gerações. Em um contexto municipal, isso significa adotar práticas que promovam a sustentabilidade e a qualidade de vida das pessoas. Com o objetivo de fomentar iniciativas em âmbito global, a ONU criou a Agenda 2030, que estabelece os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que também norteiam as ações locais.

Assim, recomenda-se aos candidatos e candidatas, tanto nas candidaturas majoritárias como nas proporcionais, que incorporem práticas sustentáveis em seus programas de governo, comprometendo-se dessa forma com ações estratégicas, que possam transformar os municípios em modelos de desenvolvimento sustentável. Para subsidiar programas de governo de candidato(a) s a(à) prefeito(a) e vereadores(as), elencamos algumas ações e programas estratégicos:

Moeda Social: Implementar uma moeda social ambiental é uma forma de estimular a economia local e promover, ao mesmo tempo, o consumo responsável. Trata-se da criação de uma moeda própria, aceita somente dentro do território do município, para circulação das riquezas geradas na cidade. Com essa proposta, os gestores podem despertar a comunidade para a importân-

cia da preservação ambiental e descarte correto dos resíduos, incentivar o consumo de produtos locais e sustentáveis. Além disso, a moeda social é uma forma de promover a economia solidária, que se caracteriza por atividades econômicas autogestionárias, empreendimentos econômicos solidários integrados em redes de cooperação de produção, comercialização e consumo de bens e serviços. Ao fortalecer e estimular o associativismo e o cooperativismo em empreendimentos da economia solidária, os gestores promovem inclusão social, geração de emprego e renda, redução das desigualdades e o desenvolvimento local.

Coleta Seletiva: A coleta seletiva é uma ação prioritária para a gestão dos resíduos sólidos nos municípios. Ao criar um programa robusto de incentivo a separação de materiais recicláveis, orgânicos e rejeitos, é possível reduzir significativamente o volume de resíduos enviados aos aterros sanitários, além de fomentar a economia circular, onde os resíduos são reaproveitados como matérias-primas para novos produtos. As centrais de resíduos também têm um papel social importante de gerar renda para muitas famílias. Os Programas abrangem a questão operacional da coleta, com a análise da inclusão produtiva dos catadores com acompanhamento de técnicos do município.

Pomar Urbano: A criação de pomares urbanos em praças, parques, e outras áreas públicas não só embeleza a cidade, mas também contribui para a segurança alimentar da população. Esses espaços podem fornecer frutas e hortaliças frescas aos moradores, garantem conforto térmico, além de servir como um importante recurso educativo sobre a importância da alimentação saudável e da produção sustentável de alimentos.

Além dos ganhos ambientais, o pomar urbano contribui para melhorar a qualidade nutricional das comunidades.

Prefeito(a) das Praças: A proposta de eleger um “Prefeito das Praças” é uma estratégia para reforçar o compromisso dos moradores com a revitalização e preservação dos espaços públicos, além de estimular o surgimento de novas lideranças e o engajamento da comunidade na busca por soluções para a cidade. Praças e parques são espaços de lazer e convivência, fundamentais para a qualidade de vida da população. Tal iniciativa pode ser agregada a um projeto de Hortas Comunitárias Urbanas envolvendo os prefeitos de praça.

Turismo Sustentável - desenvolver roteiros de ecoturismo, geoturismo, turismo rural e cultural, que valorizem o patrimônio natural e cultural local, promovendo práticas turísticas que respeitem o meio ambiente e as comunidades locais. O plano conta com informações sobre a história e geografia do município, leis que orientam o desenvolvimento do turismo, envolvendo os serviços ofertados, atrativos naturais e culturais da cidade e a cadeia produtiva local. A implementação de um geoparque, que funciona como estratégia para o desenvolvimento sustentável aliada ao destino turístico, é outra possibilidade em municípios com riquezas geológicas e/ou paleontológicas.



JANIS LOUREIRO

É Jornalista (UFRGS), especialista em Geopolítica e Relações Internacionais (UFRGS) e Comunicação e Marketing (USP). Mestranda em Comunicação (PUCRS), pesquisa sobre comunicação pública, comunicação de risco e gestão de crise. Reúne experiência profissional de mais de 10 anos em comunicação pública, comunicação política, geocomunicação e comunicação de risco. É atual Vice-Presidente Estadual do MDB Mulher do RS.



PAULO SALERNO

É o atual Secretário Executivo do Conselho do Plano Rio Grande e atual Presidente em Exercício da FUG/RS, Engenheiro Agrônomo e bacharel em Direito, Especialista em Ecossistemas de Inovação, foi reeleito prefeito de Restinga Sêca em 2020 com 76,95% dos votos; presidente da Famurs na gestão 2022-2023 presidiu a Associação dos Municípios do Centro do Estado (Amcentro) e o Consórcio Intermunicipal da Região Centro do RS (CIRC). Iniciou sua trajetória política como vereador, de 2005 a 2008, e antes de assumir o cargo máximo do Executivo Municipal, atuou como vice-prefeito, entre 2009 e 2012. Também atuou na Casa Civil do Governo do Estado e foi Diretor Executivo do Zoológico da Fundação Zoobotânica em Sapucaia do Sul e assessor parlamentar na Assembleia Legislativa.

03. EDUCAÇÃO PARA O FUTURO

Educação: oportunidade para construirmos campanhas eleitorais focadas em um futuro de esperança

LUIS FELIPE LORO

A educação é invariavelmente defendida como uma prioridade em todas as campanhas eleitorais que acompanhamos, citada desde o rincão mais longínquo até as maiores metrópoles. Mais do que um lugar comum, é inegável que essa área carrega consigo o poder de transformar realidades e garantir um futuro digno para os cidadãos.

No contexto do Rio Grande do Sul, a educação assume um papel ainda mais importante nesta eleição, pois vivemos um período de trauma coletivo e reconstrução. Além da destruição física, os recentes desastres climáticos também deixaram profundas cicatrizes econômicas e sociais nas nossas cidades, e as salas de aula enfrentam reflexos diretos dessas dificuldades.

Na campanha eleitoral que se avizinha, falar de educação é também falar do futuro com esperança. É o momento de mostrar para a sociedade que, mesmo após tantas adversidades, podemos pavimentar juntos um caminho com foco no protagonismo das pessoas, com soluções sustentáveis, aprendendo com lugares que se reergueram após grandes guerras e catástrofes, porque investiram justamente naquilo que tinham de mais valioso: as pessoas.

Não há bala de prata para resolver os desafios da educação básica, que são complexos e são muitos; mas se eu tivesse que apontar uma prioridade principal, ela certamente estaria centrada na atuação do professor. Nenhuma política pública ou investi-

mento educacional trará os resultados desejados se forem aplicados na ponta por professores desmotivados, mal remunerados e/ou sem a preparação adequada para colocá-los em prática.

Nas redes municipais, portanto, é preciso vencer a crescente rotatividade nos quadros do magistério, com a implementação de medidas que valorizem o professor e façam com que ele tenha o desejo de permanecer no município. Isso não se faz apenas com aumento da remuneração, mas também com formação continuada de qualidade, reconhecimento profissional, apoio pedagógico e psicológico, ambiente colaborativo, e incentivos para a inovação e utilização de novas metodologias de ensino.

Outro ponto importante a se destacar é que recentemente tivemos avanços significativos na política nacional de formação inicial de professores, com aumento da carga horária mínima presencial (finalmente!) e ampliação das atividades práticas. Contudo, os reflexos dessas mudanças devem levar ainda alguns anos para chegarem às salas de aula.

Portanto, os municípios devem investir em formação continuada de professores com grupos reduzidos, preferencialmente presencial, com abordagem prática, pensada e efetuada por profissionais que conheçam o chão da sala de aula.

Além disso, investimentos em recursos tecnológicos, como telas interativas, e na melhoria da conectividade são inadiáveis. Em uma sociedade hiperconectada, é papel da escola formar cidadãos com aptidão e proficiência nas diferentes formas de cultura digital. Reforço que apenas disponibilizar internet não significa necessariamente garantir a conectividade necessária aos estudantes, porque na maioria das instituições de ensino a qualidade da conexão ainda é insuficiente e o acesso é limitado a certas áreas.

Por fim, a ampliação da carga horária dos alunos na escola, seja por meio de ações de contraturno ou mesmo pela implantação gradual do ensino integral, é fundamental para garantir uma formação global e holística. Não devemos pensar apenas em transmitir informações aos alunos (isso já está facilmente disponível, a poucos cliques de alcance), mas sim desenvolvê-los considerando aspectos cognitivos, sociais, culturais e emocionais.

A reflexão que deve ser apresentada à sociedade é que nos acostumamos a contabilizar as perdas dos nossos municípios em valores financeiros, mas há algo muito mais valioso em jogo. Quanto custará às nossas cidades se não aprimorarmos a profissionalização da gestão das Secretarias de Educação? Qual será o custo de não adotarmos procedimentos de diagnóstico e intervenção rápida para garantir aprendizado adequado aos nossos alunos? E se, envolvidos em questões burocráticas, não dermos a devida atenção às questões pedagógicas?

Certamente, custará bem mais do que a perda do potencial competitivo dos nossos municípios. Custará sonhos e dignidade. Custará o futuro.



LUIS FELIPE LOFFRO

Professor da educação básica, Conselheiro de Educação no Estado do RS e consultor educacional. Mestre em Educação pela Universidad Europea del Atlántico, formado em Letras pela Universidade Feevale, pós-graduado em Formação de Leitores pela Faculdade Internacional Signorelli e especialista em Gestão Pública pela Universidade Católica do Brasil. É co-fundador da empresa Te Puxa - Aulas preparatórias e diretor do Instituto Desenvolve.

04. SEGURANÇA PÚBLICA

Municípios e Segurança Pública: Desafios e Perspectivas do Gestor Municipal

EMERSON WENDT

A importância da atuação municipal na Segurança Pública

A segurança pública, que é um dos pilares e princípios fundamentais da Constituição Federal, tem sido amplamente debatida nas esferas governamentais, com destaque para os três 'Is' da Segurança Pública: Integração, Inteligência e Investimento.

Historicamente, os municípios demandavam do Estado medidas de segurança, mas a tendência atual exige uma abordagem mais proativa e participativa dos governos locais. Nesse contexto, é essencial que os municípios adotem um papel de protagonismo na segurança pública, através de uma série de ações estratégicas e integradoras.

Fomento à Segurança Pública

O primeiro passo para um município proativo é o fomento à segurança pública. Essa tarefa envolve uma série de ações, desde o repasse de recursos materiais para as forças de segurança estaduais, como viaturas e armamentos, até a contratação de estagiários para auxiliar nas atividades diárias.

Além disso, é possível e fundamental o apoio financeiro contínuo aos Conselhos Comunitários de Segurança Pública (Consepros), que desem-

penham um papel crucial na manutenção da ordem e na prevenção da criminalidade. Além disso, são o elo entre o governo e os órgãos Estaduais, diminuindo a burocracia e interagindo mais rápido nos processos de fomento.

Integração Sistêmica e Tecnológica

A implementação de uma integração sistêmica e tecnológica é outra medida essencial. Isso pode ser realizado através dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipal, que coordenam câmaras técnicas ou temáticas focadas em áreas específicas como prevenção, fiscalização e ocupações.

A utilização de softwares inteligentes para videomonitoramento, integrando câmeras privadas e ampliando o cercamento eletrônico, é uma estratégia eficaz para aumentar a vigilância e a resposta a incidentes. Além disso, a formação de uma integração comunitária inteligente, como a Guarda Municipal Comunitária e a Ronda Escolar, fortalece a relação entre a comunidade e as forças de segurança.

Institucionalização da Atividade de Inteligência

A institucionalização e qualificação da atividade de inteligência de segurança pública focada nos municípios é fundamental. A inteligência deve ser utilizada para coletar e analisar dados sobre a criminalidade local, permitindo uma resposta mais eficaz e direcionada.

Os observatórios de segurança, focados em estudos de vitimização e geolocalização dos crimes, são ferramentas valiosas para entender melhor as dinâmicas criminais e planejar ações preventivas e repressivas.

Atuação baseada em evidências sobre a crimes e o criminoso

A atuação das forças de segurança, como as Guardas Municipais, Brigada Militar e Polícia Civil, deve ser baseada em evidências das violências e suas incidências específicas e temporais.

O monitoramento contínuo e a análise de dados permitem uma alocação mais eficiente dos recursos e uma resposta mais rápida aos incidentes. A integração operacional entre as diferentes forças de segurança é essencial para aumentar a eficácia das ações e reduzir a criminalidade.

Prevenção às violências socioemocionais

Finalmente, a criação de um programa prático e direcionado de prevenção às violências socioemocionais, familiares e escolares é crucial. Políticas de cuidado e prevenção devem ser implementadas para abordar as causas subjacentes da criminalidade.

Programas de cuidado e acolhimento podem desempenhar um papel significativo na prevenção do crime, oferecendo suporte a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade.

Conclusão

Os municípios têm um papel fundamental na segurança pública e devem adotar uma abordagem proativa e integrada.

Através do fomento à segurança, integração sistêmica e tecnológica, institucionalização da inteligência, atuação baseada em evidências e prevenção às violências socioemocionais, os gestores municipais podem contribuir significa-

tivamente para a segurança e bem-estar da comunidade.

A implementação dessas medidas exige comprometimento, investimento e uma visão estratégica, mas os benefícios para a sociedade são inestimáveis.

Além de investir na estrutura do município, com uma eficaz iluminação pública, o cuidado e investimento nas pessoas, através de processos de assistência socioemocional, de criação, formação ou fortalecimento de redes de proteção (às crianças/adolescentes, às mulheres e aos idosos) devem ser pautas importantes para o gestor municipal.



EMERSON WEENDT

Delegado de Polícia Civil do RS. Membro do Conselho Superior de Polícia. Ex-Chefe de Polícia (PCRS). Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais – Direito – pela Universidade Federal de Santa Maria. Pós-graduado em Direito pela URI-Frederico Westphalen Mestre e Doutor em Direito pela Universidade La Salle – Canoas/RS.

05. SAÚDE PÚBLICA**SUS – Saúde Municipal****MÁRCIA SCHERER**

O Brasil tem um dos melhores sistemas de saúde pública do mundo! Não há exagero nesta afirmação e este aspecto pode ser facilmente confirmado em consulta superficial ao que é oferecido à população em países nas nossas imediações, observando-se também os países economicamente desenvolvidos que adotam a política liberal de Estado (Estado mínimo com pouca intervenção social) diferente do Estado Social Democrático – que é a defesa do MDB (Estado Social Democrático faz intervenção na sociedade para garantir o mínimo de justiça social).

Conforme definição da Constituição Federal de 1988, saúde é um direito humano básico e o acesso a ela é um direito social de caráter universal, isto quer dizer que deve ser estendido de forma igualitária para toda a população. Ela está disponível para a população vulnerável como também as camadas sociais economicamente mais favorecidas. É importante que se diferencie dos programas do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) que são somente disponíveis para as populações vulneráveis, sendo para tanto o critério definidor as informações do CADÚnico – cadastro único. Assim, o SUS oferece atenção integral à saúde, e não somente aos cuidados assistenciais, e desde a CF/1988 passou a ser um direito de todos os brasileiros, desde a gestação e por toda a vida, com foco na saúde com qualidade de vida, visando a prevenção e a promoção da saúde.

Tanto a União, Estados e o Município são o SUS, integram o SUS e são solidários na gestão das ações e na prestação dos serviços. A rede que compõe o SUS é ampla e abrange tanto ações quanto os ser-

viços de saúde. Engloba a atenção primária, média e alta complexidades, os serviços urgência e emergência, a atenção hospitalar, as ações e serviços das vigilâncias epidemiológica, sanitária e ambiental e assistência farmacêutica. Todos estes sistemas se comunicam entre si e funcionam de forma interconectada.

Já a responsabilidade primeira do Município é ofertar programas de ATENÇÃO PRIMÁRIA. Pode-se dizer que a preocupação municipal deve ser voltada para PROMOVER SAÚDE e EVITAR que a DOENÇA SE INSTALE. Nisto deve funcionar um amplo programa de vacinação, vigilância sanitária sobre riscos à saúde (controle do mosquito da dengue, p.ex, vigilância sanitária sobre os alimentos), Agentes comunitários de saúde que façam atividades físicas, grupos diversos. Num segundo momento, fazer o acompanhamento dos gravames: obesidade, hipertensão, diabetes, etc para que se mantenha estabilidade e reduza os efeitos negativos sobre a saúde. A Saúde básica funciona através das UBS (Unidades básicas de Saúde) e os ESF (Estratégias de Saúde da Família – nesta política é que atuam as Agentes de Saúde).

Quando a saúde básica não é suficiente, encaminhamos os nossos pacientes para a especialidade indicada. Para tanto devemos ter o serviço de REGULAÇÃO que procederá para as atenções de média e alta complexidade conforme os serviços de referência disponibilizados em hospitais e outros. Por isso todo o sistema é interconectado e único.

Conforme a CF/1988, o Município deve investir no mínimo 15% do seu orçamento na saúde pública. No entanto, se tem constatado que os Municípios investem muito mais do que esta percentagem. Claro que devemos sempre primar pelo eficiente gasto dos recursos públicos, porém o investimento além do proposto vem resultante também do compromisso

dos Gestores Municipais em razão da sua proximidade das demandas da população. Deve-se dizer também que, em razão da eficiência dos serviços na saúde pública, a população tem abandonado os planos particulares e aderido ao SUS.

Compreendemos que a Saúde Pública “ é uma das maiores complexidades e desafios da Gestão Municipal. As responsabilidades já estão colocadas, e não há muito novo para criar além da ampliação da oferta de serviços para uma demanda que, pelas razões expostas, não para de crescer. Dependendo da vontade política, além do básico exigido, há uma múltipla possibilidade de atenção ao bem mais precioso das pessoas: a sua saúde.



MÁRCIA SCHERER

É atual Secretária de Saúde do município de Estrela, no Vale do Taquari. No governo do Estado atuou como subsecretária de Direitos Humanos, Inclusão, Igualdade e Fraternidade. Ex-vereadora, delegada de polícia aposentada, tendo exercido o mandato de deputada federal no ano de 2023.

06. INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

A inovação a serviço das cidades

KASSIANO FRAGA

Em um mundo dinâmico de intensas transformações, as lideranças que atuam nas prefeituras precisam encontrar caminhos para se adaptar rapidamente. A demanda por serviços públicos mais eficientes, ambiente de negócios atrativo e uma educação conectada às habilidades e competências do século XXI exigem que a inovação seja vista como um eixo central na estratégia de desenvolvimento dos municípios.

Inovar não é uma exclusividade das grandes cidades, ela pode e deve ser algo presente em qualquer região, sendo papel dos gestores criar as condições necessárias para isso.

Quando analisamos os últimos vencedores de premiações como o Prêmio de Boas Práticas na Gestão Pública Municipal da FAMURS ou o Prefeito Empreendedor do Sebrae, podemos identificar uma série de pequenos e médios municípios que encontraram formas de entregar resultados positivos mesmo diante das limitações orçamentárias. Nesses casos, o caminho escolhido foi o de buscar formas alternativas de gerar valor aos cidadãos.

Atualmente, o Rio Grande do Sul tem lugar de destaque em diversos rankings nacionais de inovação e é palco do South Summit Brazil, um encontro global de negócios inovadores. Viver em um estado referência nesse tema abre uma série de oportunidades que podem ser aproveitadas por todas as regiões. Exemplo disso é o Inova RS, programa “guarda-chuva” da Secretaria Estadual de Inovação, Ciência e Tecnologia que, através da divisão

do estado em oito ecossistemas regionais de inovação, possibilita a interiorização das políticas da secretaria.

A aproximação dos agentes municipais com esse programa é um importante facilitador de novas parcerias para o desenvolvimento de projetos, bem como um meio de conexão da prefeitura com as políticas do estado.

Uma demonstração de como a inovação pode melhorar a vida nas cidades é através da simplificação do ambiente de negócios, visto que o incentivo ao empreendedorismo reflete diretamente na geração de novos negócios e desenvolvimento econômico. Uma iniciativa que pode auxiliar nesse sentido é o Tudo Fácil Empresas, plataforma desenvolvida e disponibilizada pela Junta Comercial do Rio Grande do Sul e que permite a abertura de empresas em 10 minutos, ou seja, uma tecnologia que facilita a vida do cidadão e que hoje já está presente em dezenas de cidades gaúchas.

Além disso, a educação deve ser um tema central para qualquer município que pretende avançar na pauta da inovação. Muito além da tecnologia em sala de aula, é preciso possibilitar que os jovens tenham acesso a uma educação que estimule a criatividade, o pensamento crítico e a resolução de problemas, tornando o processo de aprendizagem mais atrativo.

A realização de hackathons nas escolas e a participação em feiras de ciências ou mostras científicas são algumas opções viáveis para oportunizar experiências que deem protagonismo aos estudantes.

Por fim, trabalhar a inovação internamente no município é essencial para que esse tema seja com-

preendido por todos. A promoção de debates envolvendo os principais desafios locais com um olhar para o futuro, palestras, workshops ou até mesmo eventos como uma Semana Municipal de Inovação podem auxiliar a encontrar caminhos e demonstrar que inovar está ao alcance das mais diversas realidades, seja através do empreendedorismo, dentro da sala de aula ou nos gabinetes da prefeitura.

Entender como a inovação e a tecnologia podem impactar as cidades não é mais uma escolha, mas sim uma necessidade. Não há roteiro pronto para fazer isso, cada lugar possui sua própria trajetória e desafios, entretanto, os exemplos aqui trazidos indicam algumas direções e oportunidades disponíveis aos gestores que desejam ir além e liderar transformações no seu município.



KASSIANO FRAGA

Especialista em Gestão Pública pelo INSPER e em Gestão, Governança e Setor Público pela PUC-RS. Bacharel em Direito pela UNISINOS. Assessor Técnico do Gabinete de Projetos Especiais no Gabinete do Vice-Governador do RS.

07. AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O futuro da agricultura após as catástrofes climáticas

CLAIR TOMÉ KUHN

O Rio Grande do Sul tem enfrentado nos últimos anos uma série de catástrofes climáticas, como cheias e estiagens, que têm impactado profundamente a agricultura, setor vital para a economia do estado. A necessidade de um modelo agrícola mais resiliente e sustentável nunca foi tão urgente, e é neste contexto que a agricultura sustentável ganha destaque como uma solução essencial.

A agricultura de baixo carbono é um pilar central na adaptação do setor agropecuário às mudanças climáticas. O Plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono), tem como objetivo promover práticas agrícolas que reduzam a emissão de gases de efeito estufa e aumentem a captura de carbono. No RS, a adoção dessas práticas pode transformar a forma como a agricultura é conduzida, sendo eficiente em relação às variações climáticas.

Entre as técnicas promovidas pelo Plano ABC, destaca-se o plantio direto na palha, que reduz a necessidade de preparo do solo e, conseqüentemente, a emissão de carbono. Além disso, a recuperação de pastagens degradadas e a integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF) são estratégias que não apenas melhoram a produtividade, mas também aumentam a capacidade do solo de reter carbono, contribuindo para a mitigação das mudanças climáticas.

Esta integração ILPF é uma técnica que combina a

produção agrícola com a pecuária de forma sustentável, podendo ser uma estratégia eficaz para enfrentar as adversidades climáticas, ao diversificar a produção e otimizar o uso do solo. A rotação de culturas com pastagens melhora a qualidade do solo, reduz a erosão e aumenta a retenção de água, o que é crucial em períodos de seca. Além disso, a ILPF contribui para a redução das emissões de metano pela pecuária, ao melhorar a dieta dos animais com pastagens de qualidade superior. Essa técnica também permite uma melhor gestão dos resíduos animais, que podem ser utilizados como fertilizantes naturais, promovendo a sustentabilidade do sistema agrícola.

Outra solução inovadora e promissora é o investimento em fazendas verticais, ou “indoor farms”. Essas estruturas permitem a produção de alimentos em ambientes controlados, independentemente das condições climáticas externas. No Rio Grande do Sul, onde as variações climáticas são cada vez mais imprevisíveis, as indoor farms podem garantir a continuidade da produção agrícola, reduzindo a dependência de fatores externos e aumentando a segurança alimentar, inclusive em zonas urbanas. Utilizando tecnologias avançadas, como iluminação LED, sistemas de irrigação precisos e controle de temperatura e umidade, para criar o ambiente ideal para o cultivo de diversas culturas.

A tecnologia já é fundamental e será cada vez mais imprescindível na agricultura. Além das técnicas agrícolas citadas, outro recurso que deverá fazer parte do dia a dia das propriedades é a análise das condições meteorológicas e previsões climáticas para o planejamento dos manejos agrícolas. Estão sendo instalados e aprimorados, em todo o estado, equipamentos para desenvolvimento de uma rede meteorológica de fácil acesso ao produtor, que auxilie na tomada de decisões sobre

manejo do solo, período de plantio, aplicação de defensivos e programação de colheita aproveitando as condições climáticas mais adequadas. Com a parceria de instituições e cooperativas do agro, o objetivo é viabilizar a todos os agricultores um conjunto de ferramentas com esta tecnologia.

A agricultura sustentável é a chave para garantir a resiliência do Rio Grande do Sul frente às mudanças climáticas. Investir em práticas de baixo carbono, em novas tecnologias como as indoor farms, a integração lavoura-pecuária e no monitoramento avançado das condições meteorológicas são estratégias que não apenas protegem o meio ambiente, mas também asseguram a prosperidade econômica e a segurança alimentar do estado. É essencial que os futuros gestores municipais estejam comprometidos com essas iniciativas para construir um futuro mais sustentável para todos.



CLAIR TOMÉ KUHIN

É o atual Secretário Estadual de Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação do Rio Grande do Sul - SEAPI. Possui formação na área da Educação e MBA em Gestão Pública. Ligado à agricultura desde a infância por ser esta a profissão dos pais, ainda mantém uma pequena propriedade com produção pecuária. Atuou como diretor-geral adjunto da SEAPI e na Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva Rural em Brasília, vinculada ao Ministério da Cidadania. Foi também deputado estadual, presidente da Emater/RS- Ascar e prefeito de Quinze de Novembro.

08. JUSTIÇA SOCIAL E EQUIDADE

Plano de Governo para Assistência Social

GUSTAVO SEGABINAZZI SALDANHA /// ALINE APARECIDA LAZZARI

O Rio Grande do Sul enfrenta desafios significativos na superação da pobreza, adaptação a eventos climáticos extremos e garantia dos direitos humanos. Apesar de ser um estado economicamente forte, há uma desigualdade socioeconômica substancial, exacerbada pela crise econômica e pela pandemia de COVID-19. No estado, há 3,6 milhões de pessoas inscritas no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal, 43% delas com renda per capita de até R\$218,00 mensais, indicando a necessidade de políticas públicas eficientes para proteção social, inclusão e geração de emprego.

Os eventos climáticos extremos, como enchentes e secas, têm afetado a vida e a economia local. É crucial investir em políticas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, bem como em infraestrutura resiliente e sistemas de alerta precoce.

A violação de direitos é um problema persistente, manifestando-se através de discriminação, violência e marginalização de comunidades vulneráveis. Fortalecer e promover políticas inclusivas são passos essenciais para garantir a equidade e o respeito aos direitos humanos.

Enfrentar esses desafios requer uma abordagem integrada, compromisso político e a participação ativa da sociedade para construir um futuro mais justo e resiliente no Rio Grande do Sul.

Nos próximos quatro anos, a área de Assistência Social

será um pilar fundamental para o desenvolvimento social, com base nos princípios e diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O objetivo central é fortalecer a Rede Socioassistencial, promovendo a inclusão social, assegurando direitos e melhorando significativamente a qualidade de vida dos cidadãos, especialmente daqueles em situação de vulnerabilidade e risco social.

Ações Socioassistenciais e Desenvolvimento Humano:

- ◆ Criação e manutenção de equipamentos públicos de assistência social, como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e, quando possível, os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS).
- ◆ Esforços para melhorar a estrutura e os serviços dos CRAS em municípios que não possuem CREAS.
- ◆ Reforçar o quadro de trabalhadores conforme preconizado na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS), que estabelece diretrizes para a composição das equipes de referência, garantindo assim a adequada prestação de serviços e o fortalecimento das ações socioassistenciais.
- ◆ Estabelecimento de parcerias estratégicas com organizações da sociedade civil, ONGs e entidades filantrópicas.
- ◆ Implementação de programas de formação e capacitação para profissionais da assistência social.
- ◆ Iniciativas voltadas para a capacitação pro-

fissional e inserção no mercado de trabalho, com cursos de qualificação e parcerias com o setor privado.

- ◆ Desenvolvimento de projetos específicos para a população em situação de rua, incluindo centros de acolhimento e programas de reintegração social.
- ◆ Desenvolvimento de projetos específicos para jovens, especialmente para mães jovens, como estratégia de interrupção do ciclo geracional da pobreza, em conformidade com as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS).
- ◆ Articulação da oferta de educação formal que seja adequada à rotina e às peculiaridades do público atendido, garantindo a inclusão educacional como parte integrante das ações socioassistenciais, conforme preconizado pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS).
- ◆ O fortalecimento dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos será realizado através do SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos), que atua diretamente com crianças, adolescentes e idosos.
- ◆ Para crianças e adolescentes, o SCFV oferece atividades diversificadas, como oficinas culturais, esportivas e educativas, que visam prevenir a evasão escolar e promover habilidades sociais e de vida.
- ◆ No caso dos idosos, o SCFV promove atividades que incentivam a socialização e o envelhecimento ativo, oferecendo grupos de convivência e atividades de lazer e aprendizado que ajudam a manter a autonomia e a qualidade de vida.

- ◆ Para pessoas com deficiência, serão desenvolvidos programas de inclusão e acessibilidade, que abrangem apoio técnico e iniciativas para promover a integração social e profissional.
- ◆ Para mulheres e GPTEs, serão criados programas de apoio que garantam acesso a serviços de saúde, suporte psicológico e legal, e ações de empoderamento e capacitação profissional, com a criação de espaços especializados para acolhimento e orientação.
- ◆ Para pessoas em situação de rua, manutenção e implementação de espaços de acolhimento com serviços básicos e programas de reintegração social e profissional, além de iniciativas que visem a inserção no mercado de trabalho e a promoção da autonomia.
- ◆ Elaboração de planos de contingência e resposta rápida para proteção e assistência em situações de emergência.
- ◆ Estruturação de centros de acolhimento temporário e capacitação das equipes de assistência social e defesa civil.
- ◆ Estabelecimento de protocolos de cooperação com áreas de Saúde, Educação, Cultura e Lazer, Segurança Pública, habitação, Educação Inclusiva, Segurança Alimentar e Nutricional e emprego para um atendimento integral e articulado.
- ◆ Implementação e atualização de sistemas informatizados para monitoramento, avaliação e gestão dos serviços socioassistenciais.
- ◆ Gestão eficaz do Cadastro Único (CadÚni-

co) para a tomada de decisões baseadas em dados.

- ◆ Implantação ou qualificação do setor de vigilância socioassistencial, conforme preconizado pela Norma Operacional Básica do SUAS, por meio de apoio técnico estadual ou federal, visando aprimorar a coleta, análise e utilização de dados para a formulação e execução de políticas públicas, juntamente com a Proteção Social e a Defesa de Direitos.
- ◆ Incentivo à participação ativa dos usuários e trabalhadores nos Conselhos Municipais de Assistência Social e outras instâncias de controle social, garantindo o exercício da cidadania e a co-gestão das políticas públicas.
- ◆ Implementação de ações voltadas para a saúde e bem-estar dos trabalhadores da assistência social, garantindo a qualidade de vida e a qualificação contínua da equipe.
- ◆ Implementação de serviços para indivíduos e famílias em situações de violação de direitos, incluindo acolhimento institucional para crianças, adolescentes, mulheres vítimas de violência, idosos e pessoas com deficiência.
- ◆ Estabelecimento de unidades de acolhimento para proteção integral e atendimento psicológico, social e jurídico.

Este plano visa estabelecer um modelo de gestão eficaz e inclusivo, fundamentado nos princípios do SUAS e na PNAS, promovendo a proteção social, a redução das desigualdades e o fortalecimento da cidadania. Com ações concretas e sustentáveis, buscamos transformar a realidade social dos municípios, assegurando direitos e oportunidades para todos os cidadãos.



GUSTAVO SEGABINAZZI SALDANHA

Mestre em Gestão e Políticas Públicas pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (IS-CSP) da Universidade de Lisboa e Doutorando em Políticas Públicas na UFRGS. Trabalhou vários anos como Assessor Parlamentar da Câmara dos Deputados do Brasil. Desde 2013 é docente da Universidade Federal do Pampa, sendo professor do Curso de Gestão Pública. Entre 2017 e 2020 esteve cedido para o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), onde atuou nas funções de Coordenador Geral de Qualificação da Secretaria de Inclusão Social e Produtiva, foi Chefe da Assessoria Parlamentar do Gabinete do Ministro, Diretor de Inclusão Produtiva da Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva Urbana, onde também exerceu o cargo de Secretário Nacional Substituto. Desde 2023 atua no Governo do Rio Grande do Sul como Secretário Estadual de Desenvolvimento Social Adjunto.



ALINE APARECIDA LAZZAFRRI

Secretária Municipal de Assistência Social do município de Segredo/RS desde 2016. Também exerce os cargos de Presidente do CONGEMAS AMC Serra nas gestões 2021/2022 e 2023/2025, Presidente do COMDICA de Segredo/RS, Vice-Tesoureira do COEGEMAS/RS e membro da CIB/RS. Cursa Serviço Social, com trajetória profissional na área da assistência social desde 2013 e coordena a Rede de Atendimento Intersetorial de Políticas Públicas e de Direitos de Segredo/RS, liderando a integração e o fortalecimento dos serviços sociais no município.

09. PLANEJAMENTO URBANO E MOBILIDADE

Pensando o Futuro das Cidades

CLOVIS GARCEZ MAGALHÃES

Liberdade e Democracia constituem-se valores indispensáveis ao exercício da plena cidadania e são as cidades o local onde se exercitam as liberdades e se promove as condições objetivas do Estado Democrático. No território das cidades as relações humanas se estabelecem, garantindo e possibilitando o desenvolvimento saudável e a sustentabilidade das pessoas, do empreendedorismo e da atenção primária aos que mais precisam.

Para cuidar das pessoas precisamos regular as relações que disciplinam o uso e a ocupação do espaço urbano. Esta tarefa é competência dos municípios, responsável pela promoção do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano.

Como premissa, no território das cidades regulou os espaços de moradia, geração de emprego e renda e, sobretudo, as condições de convivência social harmônica. Quando observado o espaço urbano, encontramos as manifestações da cultura local, o nível de desenvolvimento social e, particularmente no RS, as condições de resiliência e proteção aos novos tempos.

É nas cidades que se desenha o palco ideal para o exercício da vida das pessoas, formação de valores comunitários e desenvolvimento econômico sustentável.

Vivemos um momento de mudanças importantes no desenvolvimento do Estado e com muitos impactos ambientais que vulnerabilizarão e impactarão a

vida dos gaúchos.

Precisamos discutir com muita profundidade o redesenho das cidades, considerando suas estruturas já implantadas e redimensionando as parcelas do território atingidas pelas inundações recorrentes. Rever Planos Diretores, projetar estruturas capazes de absorver melhor a drenagem urbana, especificar planos de contingência que ajudem a enfrentar condições climáticas extremas, passaram a fazer parte do debate de alternativas.

Em resumo, harmonizar nossas cidades com o ambiente natural e desenhar estruturas competentes para a contenção de cheias e segurança nas áreas urbanas adensadas é o novo desafio.

O foco de nossa contribuição é a disciplina do planejamento e mobilidade urbana. Sendo assim, planejar o espaço urbano atende diretamente a organização das pessoas, dos negócios no território e, neste momento, resiliência climática e preservação do meio ambiente.

Por fim, discutir as condições de acessibilidade e mobilidade urbana é oferecer a todos os moradores o direito de acesso à cidade, portanto, garantir acessibilidade é tratar da democratização do espaço urbano, oferecendo a todos o benefício proporcionado pela cidade. Acesso à escola próxima às moradias, acesso seguro e confiável aos locais de trabalho, segurança e atenção à saúde dos idosos, cuidados e atenção às crianças em calçadas seguras e sinalizadas, passeios e ruas inteligentes capazes de atender ao deslocamento de vulneráveis.

Costumo dizer que o transporte público, para além de um serviço urbano, constitui-se no atendimento de um direito constituinte do cidadão para apropriar os benefícios coletivos da cidade. Para além

da assistência aos acessos físico-territoriais, hoje estamos obrigados a proporcionar acessos virtuais, produzir conexões e potencializar a lógica do ir-e-vir sem sair do lugar.

Esta nova premissa nos permite agregar maior valor às pessoas, minimizar os impactos da circulação e reduzir os níveis de poluição sonora e ambiental de nossos centros urbanos das grandes cidades. Neste sentido, o deslocamento virtual, a cultura do home-office e o estímulo ao e-commerce são medidas que estão colocadas aos desafios urbanos da contemporaneidade e não devem ser negligenciados aos novos governantes municipais.

Propor a cidade sustentável e um projeto de vida saudável entre os nossos munícipes é o desafio que nos une na perspectiva de futuro sustentável que precisamos desenvolver.

Este é o objetivo deste artigo que estamos propondo como reflexão.



CLOVIS GARCEZ MAGALHÃES

É o atual secretário Executivo do Gabinete de Projetos Especiais, no Gabinete do Vice-Governador do Estado do RS. É Mestre em Engenharia de Produção. Especialista em Ciência Política. Foi diretor de Implementação e Operação da Fundação Metropolitana de Planejamento/RS e secretário de Gestão e Acompanhamento Estratégico da prefeitura de Porto Alegre.

10. CULTURA E IDENTIDADE LOCAL

O que se pode fazer com a Cultura; o que a Cultura pode fazer pela gente

ANTONIO HOHLFELDT

Dois pontos de partida: primeiro, não há UMA cultura, em geral, somos constituídos de VÁRIAS culturas. Isso é fundamental quando pretendemos esboçar uma política cultural. Ela precisa ser plural. Segundo: Cultura é investimento, não é gasto. Para cada real investido, o movimento cultural devolve mais de 1,50 reais, mais que indústria automobilística, mais que indústria imobiliária, mais que qualquer outra indústria.

Dito isso, a CULTURA não pode ser um campo marginal num programa de governo. Mas ao lado da Educação, Segurança e Saúde. Dito mais claro, a Cultura é um projeto que deve ser TRANSVERSAL às outras áreas, desde a Educação, que é mais claro, mas também na Segurança e na Saúde.

Outras duas questões interessantes: ter uma espécie de conselho de cultura, com este nome ou sem ele, é importante. Por outro lado, lembrar que cultura não é só arte, nem é só arte erudita. Cultura é rap, é Beethoven, é modos de fazer coisas (artesanatos), tradições – memórias, enfim, tudo o que tem a ver com as pessoas e seus modos de viver, de se expressar, de valorizar coisas variadas, princípios múltiplos, criatividade livre de preconceito e de censura.

Tudo o que escrevi acima está dirigido sobretudo ao executivo. E o vereador? Fui vereador durante vinte anos em Porto Alegre. Valorizei, por exemplo, nome de ruas relativas a artistas; apoiei festivais, grupos

teatrais, conjuntos de bairros, bibliotecas populares, etc. Um vereador pode sugerir iniciativas ou apoiar as que estão sendo realizadas pela comunidade. Pode dar sugestões, sem querer ditar ou impor. Pode ajudar a criar, inclusive por lei, um conselho cultural.

Tanto na grande cidade quanto na pequena comunidade, o que faz falta para quem quer realizar ações vinculadas à cultura: Ter um espaço para se reunir ou para atuar. Por exemplo, garantir que prédios públicos municipais sem ocupação possam ser cedidos a grupos de teatro, conjuntos musicais, cursos de música, de artesanato, de música coral...

Outra coisa que sempre faz falta é equipamento. Um microfone e caixa de som. Algumas tintas, papel jornal, papelão, cartolina, alguma madeira... com isso a gente faz um universo...

Lembrar que cultura é para criança, para idoso, para gente adulta... para pobre e para rico, para homem, mulher e outras pessoas que não se identificam em nenhum destes grupos. Aliás, música, peças de teatro, poesia, textos de contos e romances nos ajudam a compreender essas realidades muitas vezes maltratadas e marginalizadas. Do mesmo modo, podemos discutir questões de saúde, da covid à gripe, através de práticas deste tipo. A formação de bibliotecas é uma iniciativa importante. Mas para quem acha que agora é só rede social e internet, vamos lá: podemos propor cursos que ajudem a gurizada a mexer com as tecnologias para sair do óbvio...

Os moradores mais antigos das cidades e dos bairros trazem memórias da formação destes territórios, mas raramente são valorizados. Por que não trabalhar a chamada história oral? Por exemplo, abrir uma pesquisa sobre a origem dos nomes das ruas ou dos bairros... quem foi o sujeito ou a família

que deu nome à cidade ou ao bairro? O que fazia? Por que foi parar ali? Ou identificar os nomes das famílias mais conhecidas no bairro ou na cidade e tentar, a partir deles, criar uma espécie de identidade daquela comunidade... Na escola, uma atividade super legal é pedir para as crianças contarem o que fazem os avós ou os pais (profissões) e mostrar a importância de cada uma. A partir dos sobrenomes, tentar mostrar a variedade de origens étnicas e culturais, justamente valorizando a miscigenação...

Enfim, a cultura tem a ver com a IMAGINAÇÃO e a CRIATIVIDADE. Portanto, neste pequeno espaço, não dá para falar de tudo. Aliás, na cultura, NUNCA CABE ALGUMA COISA A SER DETERMINADA, OBRIGADA, TIPO RECEITA DE BOLO. Pelo contrário, a Cultura tem a ver com a inovação, ao lado da tradição. Com a coragem de partir do zero, ao lado da valorização do passado. A gente aprende com quem já fez, mas a gente deve ir adiante. A CULTURA é, sobretudo, MOVIMENTO.



ANTONIO HOHLFELDT

É o atual presidente da Fundação Teatro São Pedro. Jornalista, crítico de teatro e escritor que, entre suas obras, escreveu o livro "Doce Fera", biografia de Eva Sopher. Ex-vereador de Porto Alegre, durante 20 anos. Ex-vice-governador do estado na chapa de Germano Rigotto. Professor de Programas de Pós-Graduação em Letras e em Comunicação Social. Já foi presidente da FUG/RS.

11. PREVENÇÃO ÀS CATÁSTROFES CLIMÁTICAS

Prevenção do risco de Catástrofes Climáticas

PAULO SALERNO

O Rio Grande do Sul sofreu, no início do mês de maio, com enchentes em diversas bacias hidrográficas em níveis superiores à cheia histórica de 1941, afetando mais de 2 milhões de pessoas, caracterizando esse episódio como o maior desastre de causas naturais do estado.

Na sua publicação mais recente, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) apontou que 3.5 bilhões de pessoas estão altamente vulneráveis às mudanças climáticas no mundo. Essas populações têm 15 vezes maior probabilidade de morrer devido a enchentes, secas e tempestades. Alertou ainda que 80% da população mundial estará vivendo em cidades ao longo das próximas décadas que, sem estratégias de mitigação e prevenção, serão locais de alto risco.

A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, instituída pela Lei nº12.608/12, cita competências das três esferas da Administração Pública. Compete aos municípios identificar e mapear as áreas de risco de desastres, com apoio da União. Em nível local, é preciso observar a construção de planos de contingência, planos de ação de Redução de Riscos de Desastres e o planejamento do zoneamento, uso e ocupação do solo. Após o Marco Sendai para Redução do Risco de Desastres (2015–2030), documento internacional adotado pelos estados membros das Nações Unidas (ONU) em 2015, o país aprovou o Decreto nº

10.593, de 2020, que dispõe sobre a Gestão de Risco de Desastres (GRD) que compreende três etapas inter-relacionadas: prevenção, mitigação e preparação

A seguir, são apresentadas algumas ações estratégicas que se implementadas de forma eficaz, podem transformar os municípios em locais mais seguros e resilientes às mudanças climáticas, assegurando a proteção das comunidades e o desenvolvimento sustentável.

Fortalecimento da Defesa Civil: fortalecer a Defesa Civil municipal por meio de ações de capacitação, aquisição de equipamentos de ponta e contratação de profissionais de perfil técnico. Ampliar a estrutura de gestão, transformando as coordenadorias em secretarias de Defesa Civil, com a criação de Centros de Gerenciamento de Riscos e Desastres e salas de situação, tornando a Defesa Civil mais preparada para cumprir a missão de prevenção, mitigação e proteção das pessoas.

Mapeamento de Áreas de Risco: realizar um mapeamento detalhado das áreas de risco, como encostas, margens de rios e zonas costeiras, identificando as áreas mais vulneráveis a deslizamentos, enchentes e outros desastres naturais. Implementar sistemas de monitoramento contínuo para prever e mitigar os riscos antes que se tornem emergências.

Recuperação da Vegetação Nativa: Promover a restauração de ecossistemas naturais, como manguezais, matas ciliares e florestas urbanas, que atuam como barreiras naturais contra enchentes e deslizamentos. A preservação e expansão dessas áreas verdes também contribuem para a captura de carbono e a mitigação das mudanças climáticas.

Educação, Capacitação Comunitária e treinamentos de emergência: Implementar campanhas de conscientização e programas educacionais nas escolas e comunidades sobre os riscos climáticos e as medidas de prevenção que cada cidadão pode adotar. Organizar treinamentos regulares para a população sobre como agir em situações de emergência, como evacuação de áreas de risco e primeiros socorros. A capacitação da população é fundamental para a criação de uma cultura de prevenção e resposta eficaz a desastres.

Sistemas de Alerta Precoce: estabelecer sistemas de alerta precoce que utilizem tecnologias modernas, como SMS, apps, avisos sonoros e sirenes, para informar rapidamente a população sobre a iminência de desastres naturais. Esses sistemas devem ser integrados com as redes de monitoramento e as equipes de resposta rápida.

Zonamento adaptado às mudanças climáticas: Revisar o plano diretor e os regulamentos de uso do solo para incluir considerações sobre a vulnerabilidade climática, restringindo a construção em áreas de risco e promovendo o desenvolvimento sustentável em regiões menos vulneráveis.

Programa de Moradia: criar programas para indenizar moradores que precisam deixar residências e comércios em áreas de risco e/ou para construção de moradias para famílias de baixa renda que precisam ser removidas de áreas de risco.

**PAULO SALERNO**

É o atual Secretário Executivo do Conselho do Plano Rio Grande e atual Presidente em Exercício da FUG/RS, Engenheiro Agrônomo e bacharel em Direito, Especialista em Ecossistemas de Inovação, foi reeleito prefeito de Restinga Sêca em 2020 com 76,95% dos votos; presidente da Famurs na gestão 2022-2023 presidiu a Associação dos Municípios do Centro do Estado (Amcentro) e o Consórcio Intermunicipal da Região Centro do RS (CIRC). Iniciou sua trajetória política como vereador, de 2005 a 2008, e antes de assumir o cargo máximo do Executivo Municipal, atuou como vice-prefeito, entre 2009 e 2012. Também atuou na Casa Civil do Governo do Estado e foi Diretor Executivo do Zoológico da Fundação Zoobotânica em Sapucaia do Sul e assessor parlamentar na Assembleia Legislativa.

12. TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Transição Energética Justa: Um Caminho Sustentável para o Desenvolvimento Municipal

ADEMIR BARETTA

A transição energética refere-se à mudança do modelo energético baseado em fontes não renováveis para um modelo fundamentado em fontes renováveis e limpas, como a solar, eólica e hidrelétrica. Sua importância está relacionada à necessidade de reduzir as emissões de gases de efeito estufa, promover a segurança energética e garantir acesso à energia para todos.

No contexto atual, enfrentamos desafios significativos, como a crescente demanda por energia, a escassez de recursos naturais, as emissões de gases de efeito estufa e os impactos das mudanças climáticas. Além disso, a dependência de combustíveis fósseis expõe a economia a choques externos e instabilidades geopolíticas. A busca por soluções energéticas mais sustentáveis é essencial para enfrentar os desafios globais.

A transição energética justa não é apenas uma necessidade ambiental, mas também uma oportunidade de crescimento econômico e social para os municípios. Ao adotar uma abordagem que integra a descarbonização com a inclusão social, os municípios podem liderar a transição para um futuro mais sustentável, garantindo que ninguém seja deixado para trás.

A criação de um Plano de Transição Energética Justa é o primeiro passo para transformar essa visão em realidade, promovendo uma economia de baixo

carbono que preserva empregos, apoia a inovação e melhora a qualidade de vida para todos os cidadãos. Além disso, é uma aliada fundamental para enfrentar as mudanças climáticas.

Para realizar a Transição Energética Justa na indústria do carvão mineral brasileiro, o primeiro passo é negociar um acordo legal tanto no Congresso Nacional quanto nos estados que produzem e consomem carvão. A ideia é garantir que as minas de carvão continuem operando até 2050, mas com tecnologias que tornem as emissões de gases de efeito estufa neutras, conforme o compromisso do Brasil no Acordo de Paris.

Enquanto isso, é essencial criar Planos de Transição Energética Justa que orientem todo o processo. Esses planos precisam levar em conta o que já está sendo feito pela indústria do carvão, como o desenvolvimento de tecnologias de Captura e Armazenamento de Carbono (CCUS), a criação de polos de inovação e a evolução de novos produtos derivados do carvão.

Também é fundamental buscar apoio internacional, especialmente os recursos financeiros prometidos no Acordo de Paris, para viabilizar toda essa transformação.

É relevante levar a discussão sobre a transição energética justa para os formadores de opinião, como universidades e entidades como o CREA, SENGE, Sociedade de Engenharia e outras. Precisamos debater isso nesses espaços e buscar parcerias com escolas e universidades que tenham capacidade de desenvolver conhecimento e tecnologia para atender às demandas mundiais de economia circular e neutralidade climática.

Também é essencial consolidar o processo de com-

partilhamento de conhecimento sobre como executar essa transição, já que cada região tem suas particularidades, como o Baixo Jacuí e a Campanha. E, claro, é fundamental definir o Plano de Transição Energética Justa para o Estado do RS.



ADEMIR BARETTA

É o atual Presidente da Companhia Riograndense de Mineração (CRM). Graduado em Direito pela Universidade de Caxias do Sul, com especialização em Direito Eleitoral pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci. Baretta tem uma carreira extensa e diversificada, incluindo experiências como Prefeito de Farroupilha/RS, Coordenador Geral da FAMURS, e membro de diversos conselhos em empresas estatais como a CEEE e a SULGÁS. Além disso, ele já ocupou cargos de liderança em organizações sociais e filantrópicas, bem como foi vereador e empresário do setor de comércio.

EXXOS PARTIDÁRIO

Realização:



01. ASSOCIAÇÃO DE PREFEITOS E VICES

A boa prática da gestão pública municipal

GUSTAVO PEUKERT STOLTE

O tema da gestão pública municipal é muito amplo, pois compreende vários aspectos e envolve fatores internos e externos. Os fatores internos referem-se à ordem organizacional e exigem um planejamento a curto e a longo prazo, com pessoas qualificadas e especialmente preparadas para executar o projeto. Ou seja, é necessário contar com indivíduos comprometidos para construir e implementar diariamente o plano de governo.

Outra questão importante é a gestão de pessoas. É essencial entender quais são as possibilidades e o potencial de cada colaborador na administração dos problemas diários enfrentados pela administração. A gestão pública tem o objetivo de propor soluções para problemas e gerenciar as dificuldades que surgem diariamente. Uma parte fundamental é a qualificação da gestão emocional, especialmente do prefeito e do vice-prefeito. Não adianta ter um bom grupo se não houver equilíbrio emocional. O equilíbrio emocional é uma ferramenta crucial para enfrentar o atual momento de insegurança em relação ao papel dos políticos e à expectativa rápida de soluções para os problemas.

Além disso, é importante que o prefeito tenha uma maneira dinâmica e ágil de responder às demandas dos cidadãos, que agora têm acesso rápido através das redes sociais. O maior desafio é manter a ordem no trato com os colaboradores, sempre focando nos projetos e na comunicação com as pessoas que precisam. Isso exige do gestor uma habilidade de bus-

car soluções com tranquilidade, lucidez e resiliência.

Muitos gestores enfrentam dificuldades para lidar com a pressão, o que pode prejudicar a condução dos projetos e a saúde dos colaboradores. Portanto, é fundamental que o líder mantenha uma busca constante por equilíbrio emocional, com foco firme e propósito.

A parte positiva é que a gestão pública oferece oportunidades muito prazerosas e transformadoras. Cuidar das pessoas e melhorar suas vidas através do trabalho, do diálogo e da proposição de projetos é uma das maiores recompensas da política. A boa política tem o poder de transformar e melhorar o ambiente em que as pessoas vivem.



GUSTAVO PEUKERT STOLTE

Prefeito do município Quinze de Novembro, formado em Gestão Pública pela FATEC. Em 2012 elegeu-se vereador mais votado da história do município. Já presidiu a AMAJA – Associação dos Municípios do Alto Jacuí, na gestão 2018/2019 e em 2020 foi reeleito como Prefeito Municipal de Quinze de Novembro. Em 2021 foi Coordenador Regional do MDB do Alto Jacuí e é o atual Presidente da Associação de Prefeitos e Vices do MDB do Rio Grande do Sul.

02. ASSOCIAÇÃO DE VEREADORES

Protagonismo no Legislativo Municipal

RICARDO ADAMY

O Legislativo Municipal deve ir além de ser uma Câmara de Vereadores, restrita à votação de projetos do Executivo. É essencial que a Casa Legislativa assuma seu papel de Poder Legislativo, equilibrando forças e garantindo que os interesses da população sejam atendidos de forma eficaz.

A primeira medida para alcançar esse protagonismo é a transição de uma Câmara de Vereadores para um verdadeiro Poder Legislativo.

Para isso, os parlamentares devem estar capacitados e comprometidos com a formulação de políticas públicas que reflitam as necessidades locais, ampliando a participação popular e fortalecendo o diálogo com a comunidade. Isso significa não apenas aprovar ou rejeitar projetos do Executivo, mas também propor, discutir e implementar iniciativas que tenham impacto direto na vida dos cidadãos.

A segunda medida é a implementação das emendas impositivas. Esse mecanismo permite que os vereadores destinem recursos específicos do orçamento municipal para áreas prioritárias, de acordo com as demandas locais.

Com as emendas impositivas, o Legislativo Municipal assume um papel ativo na definição de prioridades e na alocação de recursos, assegurando que investimentos sejam realizados em áreas que realmente necessitam de atenção. Isso não apenas dá mais autonomia ao Legislativo, como também garante que o orçamento

público seja utilizado de maneira mais eficiente e alinhada às reais necessidades da população.

Por fim, a criação das Escolas Legislativas é uma medida essencial para promover a capacitação contínua dos vereadores e servidores da Câmara. Essas instituições têm o objetivo de qualificar o corpo legislativo, oferecendo cursos, palestras e treinamentos voltados para a formação técnica e política.

Com uma Escola Legislativa, é possível formar vereadores mais preparados para os desafios do mandato, além de fomentar a participação cidadã, oferecendo à população a oportunidade de compreender melhor o funcionamento do Legislativo e de se envolver mais ativamente nas questões políticas locais.

Essas três medidas são pilares para um Legislativo Municipal mais forte, independente e atuante, capaz de liderar transformações significativas na gestão pública e no desenvolvimento das cidades.

O protagonismo do Legislativo é essencial para garantir uma governança democrática, transparente e eficaz, em que os interesses da população estejam no centro das decisões.



RICARDO ADAMY

Vereador e presidente da Câmara Municipal do município de Ijuí/RS, atual presidente da Associação de Vereadores do MDB/RS e membro da Executiva Estadual do MDB/RS. Coordenador Regional do MDB no Planalto Médio, por três mandatos, presidente do MDB de Ijuí, por quatro mandatos. Atualmente é Diretor sócio proprietário do site de notícias www.noroesteonline.com. Tem graduação em Gestão Pública, pela UNOPAR/FAGE.

03. JUVENTUDE

Juventude: Construindo ferramentas de inclusão social

JOÃO FRANCISCO COIMBRA PARENTI (FIFO)

As políticas públicas de juventude são essenciais para promover o desenvolvimento integral dos jovens, garantindo que tenham acesso a oportunidades de educação, emprego, cultura e participação social. Essas políticas visam atender às necessidades específicas dessa faixa etária, promovendo a inclusão social e o fortalecimento da cidadania.

Partiu Futuro

O Programa Partiu Futuro é uma iniciativa do governo do Rio Grande do Sul que visa proporcionar oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional para os jovens do estado. Este programa busca fomentar a inclusão social, a capacitação profissional e a inserção no mercado de trabalho, preparando os jovens para enfrentar os desafios do futuro e contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico da região.

Objetivos do Programa Partiu Futuro

- 1. Capacitação Profissional:** O programa oferece uma ampla gama de cursos e treinamentos em diversas áreas de conhecimento, focando nas demandas do mercado de trabalho local e nas vocações regionais.
- 2. Inclusão Digital:** Em um mundo cada vez mais digitalizado, o programa enfatiza a importância da inclusão digital. São oferecidos cursos de informática básica, programação, e outras habilidades tecnológicas essenciais. A

inclusão digital é vista como um meio para aumentar a competitividade dos jovens no mercado de trabalho.

3. Apoio ao Empreendedorismo: O Partiu Futuro incentiva o espírito empreendedor entre os jovens, oferecendo mentorias, workshops, e acesso a microcréditos para que possam desenvolver suas próprias iniciativas empresariais.

Impacto Esperado

O Programa Partiu Futuro busca causar um impacto significativo na vida dos jovens do Rio Grande do Sul, promovendo a inclusão social e econômica e contribuindo para a redução das desigualdades. Ao investir na capacitação e no desenvolvimento dos jovens, o programa visa criar uma geração mais preparada e resiliente, capaz de enfrentar os desafios do mercado de trabalho e contribuir ativamente para o crescimento sustentável do estado.

Em resumo, o Programa Partiu Futuro é uma iniciativa abrangente e inovadora que combina educação, capacitação profissional, apoio ao empreendedorismo e inclusão social, proporcionando aos jovens do Rio Grande do Sul as ferramentas e oportunidades necessárias para construir um futuro promissor.



FIFO PARENTI

Atual presidente da Juventude do MDB/RS, é vereador no município de Erechim. É formado em Direito pela URI/Erechim, tendo pós-graduação em Gestão Pública, e atua como advogado desde 2018. No ano de 2018 foi consultor de Políticas Públicas de Juventude da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization).

04. MDB MULHER**A voz da mulher na Gestão Pública:
um compromisso para o futuro****CRISTIANE LOHMANN**

No cenário político atual, a presença feminina é mais do que uma necessidade: é uma força transformadora que traz novas perspectivas e soluções inovadoras para os desafios da gestão pública. O papel das mulheres na política é essencial para construir uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável.

O protagonismo feminino na política não se resume apenas a ocupar cargos formais. Trata-se também de ter voz ativa, de influenciar políticas públicas e de representar os interesses não só das mulheres, mas de todos os cidadãos. Nesse sentido, é fundamental incentivar a participação das mulheres em todos os níveis da sociedade, garantindo que elas se sintam encorajadas e capacitadas para se inserirem plenamente do processo político.

Aqui, destaco três medidas essenciais para inspirar as nossas candidatas e candidatos a implementarem em suas gestões, fortalecendo a participação feminina e promovendo um ambiente mais equitativo e eficiente.

**Criação de Conselhos Municipais
de Políticas para Mulheres**

A criação de Conselhos Municipais de Políticas para Mulheres é uma medida fundamental para assegurar que as demandas e necessidades das mulheres sejam ouvidas e atendidas. Esses con-

selhos devem ser compostos por representantes de diferentes setores da sociedade, incluindo lideranças comunitárias, empresariais e acadêmicas. Esses conselhos funcionariam como espaços democráticos de diálogo, garantindo que as mulheres tenham uma voz ativa na construção de políticas públicas.

Implementação de Programas de Capacitação e Empreendedorismo para Mulheres

A capacitação e o empreendedorismo são ferramentas poderosas para a liberdade econômica das mulheres. Programas que ofereçam cursos de formação em áreas como gestão, tecnologia, finanças e empreendedorismo são essenciais para que as mulheres possam alcançar independência econômica e participar ativamente do desenvolvimento local. Além disso, parcerias com o setor privado podem viabilizar linhas de crédito e incentivos fiscais para mulheres empreendedoras, estimulando a criação de negócios liderados por mulheres e gerando emprego e renda nos municípios.

Fortalecimento da Rede de Apoio às Mulheres em Situação de Violência

A violência contra a mulher é um problema grave que precisa ser enfrentado com políticas públicas efetivas. Propomos o fortalecimento da rede de apoio às mulheres em situação de violência, com a criação de centros de atendimento integral, que ofereçam acolhimento, apoio psicológico, jurídico e social. A implementação de programas de prevenção, com campanhas educativas nas escolas e na comunidade, também é crucial para combater a violência de gênero. Além disso, é importante garantir que as delegacias especializadas no atendimento à mulher tenham recursos e equipes treinadas para atender as vítimas

de forma humanizada e eficaz.

O futuro da gestão pública passa pelo reconhecimento do valor das mulheres como líderes, gestoras e agentes de transformação social.

É hora de agir e fazer a diferença!



CRISTIANE LOHMANN

Filiada ao MDB há mais de vinte anos, começou sua carreira pública com o deputado Márcio Biolchi onde, atualmente, chefia o gabinete do Deputado Federal. Também foi chefe de gabinete na Secretaria de Desenvolvimento e na Casa Civil. É a atual presidente do MDB Mulher do Rio Grande do Sul, onde coordena o importante movimento pela extinção da dívida do estado com a União pelos próximos 36 meses, já aprovados em mais de 300 Câmaras de Vereadores dos municípios gaúchos. Sua trajetória é marcada pelo compromisso com o serviço público e a política, sempre buscando fazer a diferença na vida das pessoas.

05. CAUSA ANIMAL**Causa animal:
fortalecendo compromissos
e novas políticas públicas****LOURDES SPRENGER**

O Brasil se concretizou como família multiespécie ao reconhecer o animal de estimação como integrante do lar. A partir deste cenário e do surgimento do mercado pet, que movimentou a economia no país, surgiu também a necessidade de se pensar em representatividade política e na implementação de ações públicas.

Foi antes desta consolidação que me tornei ativista, há pelo menos 30 anos, e trabalhei como assessora da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, na Coordenadoria Multidisciplinar de Políticas Públicas para Animais Domésticos. Neste período, pude acompanhar de perto esta mudança que passou a olhar os animais com mais acolhimento.

Nos doze anos de experiência como vereadora, repassei mais de R\$ 4 milhões à causa e criei diversos Projetos de Lei (PL), dentre eles o Programa de Controle Populacional para Animais Domésticos, a inclusão de veterinário nas Equipes de Saúde da Família, a tipificação como Crimes de Maus-tratos de Envenenamentos de Animais e as Rinhas de Galo. E a Lei que permite a circulação de animais de estimação em shoppings, lojas e outros estabelecimentos comerciais.

Ainda neste âmbito, criei o selo Empresa Amiga dos Animais e aprovei 100 mil castrações para o “Programa de Esterilização de Cães e Gatos” em

Porto Alegre. No calendário oficial da cidade, inclui o Abril Laranja - Mês da Prevenção Contra a Crueldade Animal - e a Feira Vegana como datas comemorativas.

Destaquei-me pela liderança entre os participantes do Fórum de Bem-Estar Animal; pelo trabalho na construção do "Programa Municipal de Proteção Animal" e da "Lei de Retirada das Carroças". Quando assessora da Secretaria Estadual do Trabalho e Desenvolvimento Social, atuei na implantação do programa "Nota Fiscal Gaúcha - Pró Animal", beneficiando mais de 100 entidades de Proteção Animal e Controle Populacional.

Recentemente, o meu projeto para a inclusão de espaços exclusivos para animais de estimação em edificações abrangidas pelo Programa Minha Casa, Minha Vida foi aprovado e pude perceber que a política tem se mostrado sensível à temática.

Muito já foi feito até aqui, e tenho realizado diversas ações como presidente da frente parlamentar Porto Alegre Sem Maus-Tratos aos Animais. No entanto, é preciso haja um trabalho de conscientização da sociedade sobre os cuidados com os animais domésticos e silvestres.

É preciso que medidas sejam tomadas para os animais resgatados e sobreviventes de catástrofes. O incentivo a programas de amplo alcance gratuitos para o controle populacional, a fiscalização contra maus tratos e a educação ambiental nas escolas.

Os animais silvestres também necessitam ser olhados com empenho, pois sofrem com as práticas criminosas do tráfico de animais que movimentam cifras significativas no mundo e que ain-

da necessitam de ações públicas para avanços concretos, melhorias nas albergagens nos CETAS (Centro de Triagem de Animais Silvestres).



LOURDES SPRENGER

Com mais de 30 anos de ativismo, doze como vereadora e mais de 60 leis aprovadas, é a primeira parlamentar eleita pela causa animal no estado. Preside as frentes parlamentares “Porto Alegre Sem Maus-Tratos aos Animais”, “Combate ao Etarismo” e “Novo Pacto Federativo”. Na presidência da Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam), na Escola do Legislativo Julieta Battistoli e na Procuradoria da Mulher no Legislativo. Lourdes se graduou em Ciências Contábeis e fez extensão em Auditoria de Sistemas Computadorizados na UFRGS. Como uma mulher sempre à frente de sua época, fez carreira como Contadora e Auditora.

06. DIVERSIDADE**Diversidade e MDB:
Estratégias para Inclusão
e Proteção****AIESA PEDROSO**

Este projeto apresenta um conjunto de ações e medidas estratégicas para promoverá cidadania, a inclusão, e resguardo de todas as populações vulneráveis, encontradas na sociedade gaúcha

O sucesso da proposta dependerá do compromisso dos setores da sociedade, incluindo o governo, a sociedade civil, o setor privado e a comunidade em geral, salientando a importância destas populações.

As populações são denominadas desta forma, sem nenhum tipo de priorização, sendo todas igualmente fundamentais dentro de suas especificidades, enfrentando seus desafios como: Pessoas Idosas, População LGBTQIA+, Povos Tradicionais/Povos de Matriz Africana, Povos Originários, Pessoas com Deficiência, Imigrantes, refugiados e apátridas, entre outros.

Este Projeto se baseia em cinco eixos estratégicos:

1. Promoção da Igualdade e Combate à Discriminação:

- ◆ Implementar campanhas de conscientização sobre os direitos das populações vulneráveis.
- ◆ Criar mecanismos de denúncia e acompanhamento de casos de violência e discriminação.

- ◆ Promover a diversidade e a inclusão nos espaços públicos e privados e nos calendários oficiais do município.

2. Garantia do Acesso a Serviços:

- ◆ Ampliar o acesso a serviços de saúde, educação, transporte e trabalho para as populações vulneráveis, garantindo suas específicas necessidades, limitações e funcionalidades.
- ◆ Promover a capacitação e formação de profissionais da gestão pública para atender às necessidades específicas dessas populações.

3. Fortalecimento da Participação Social:

- ◆ Estimular a criação e a participação destas populações, nos conselhos municipais e estaduais das categorias.
- ◆ Promover campeonatos esportivos para as populações, respeitando as suas características e limitações.

4. Desenvolvimento Sustentável:

- ◆ Promover a autonomia e o protagonismo para a geração de emprego e renda para todas as populações, respeitando as características e limitações, em especial, das pessoas com deficiência e pessoas idosas.
- ◆ Investir em infraestrutura e habitação acessíveis e maior fiscalização da acessibilidade arquitetônica em todo o município.

5. Gestão Eficaz e Transparente:

- ◆ Monitorar e avaliar as ações e medidas implementadas na área da segurança pública e enfrentamento às violências.
- ◆ Proposição de editais de projetos nas áreas de cultura, esporte e lazer, saúde, educação e direitos humanos para participação das Organizações da Sociedade civil na construção e controle de políticas públicas.



AIESA CAROLINA PEDROS

É a atual Presidente do MDB Diversidade RS e co-presidente nacional do MDB Diversidade. Com formação em Gestão Pública, Segurança Pública e Direitos Humanos, ela trabalha na Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. Com 24 anos de experiência política, Aiesa se destacou desde jovem em grêmios estudantis e associações de moradores em Tramandaí. Defensora da representatividade e inclusão social, ela se dedica a projetos que promovem emprego e renda para populações vulneráveis.

07. COMUNITÁRIO**Protagonismo Comunitário****MILENA LOPES**

O protagonismo comunitário refere-se ao envolvimento ativo e participação ativa das pessoas em suas comunidades, buscando promover mudanças e melhorias em diferentes aspectos.

Neste sentido o núcleo comunitário é de extrema importância por que é através de sua participação que o partido atua com maior proximidade dentro das comunidades.

Sendo assim é de grande relevância que estejamos sempre atentos aos anseios e necessidades daquela parte da população e que estejamos preparados para oferecer o melhor ao cidadão.

Um grande projeto que vem ao encontro dessa ideia de empoderamento social seria a criação da “ Secretaria de Bairro” que teria por propósito ser o elo entre o Poder Público e a comunidade.

Serão atendidas questões como iluminação, asfalto, sinalização, segurança e outras questões referentes ao bairro. Desta forma a comunidade seria atendida mais rapidamente, se sentiria representada e, conseqüentemente, atrairia as pessoas para o partido.

Por fim, cumpre referir que o núcleo comunitário exerce um papel de suma importância na construção da democracia e no fortalecimento dos canais de participação popular.

**MILENA LOPES**

Graduada em Arquitetura e Urbanismo, Designer de Interiores. Atual Subprefeita da Região Eixo Baltazar na cidade de Porto Alegre. Anteriormente Subprefeita Região Norte (2015), Subprefeita Centro (2016), assessora comunitária pelo DEMHAB (Reurb-regularização fundiária), SM-SURB (projeto da nova sede da secretaria), é atual Presidente Estadual do Núcleo Comunitário do MDB do RS, Vice-Presidente do Núcleo Comunitário Municipal do MDB de Porto Alegre e também é membro do GT Comunitário do MDB Nacional.

08. MDB AFRO

A importância das políticas anti-racistas

JUCIANE AFRAUSINO

A persistência da discriminação e do racismo, são reconhecidas pelas políticas públicas afirmativas, que também são voltadas a ampliar o pluralismo e diversidade em geral, na vida social. O objetivo destas políticas, está em aumentar a oportunidade das populações privadas de acesso a oportunidades (desde início da história).

Estas ações, combatem discriminação étnica, racial, de gênero e religiosa; promovendo interação e participação da minoria em processos políticos, viabilizando acesso a emprego, saúde, educação, bens entre outros.

Buscamos compor uma sociedade diversificada, sem predominar raça, gênero, cor etc. Acabar com a segregação e desigualdade, para que não exista grupo elitizado e marginalizado é para mim, um o principal objetivo de uma política pública afirmativa.

É importante denunciar e intervir em situações de preconceito. Se presenciarmos, um ato de racismo, não se cale...denuncie. Ser um aliado, defender a vítima, intervir e se precisar apoiar é de suma importância. Nosso MOVIMENTO NEGRO, tem obrigação e papel crucial em desvelar práticas racistas, somos importantes e devemos cobrar e impor políticas públicas que exaltem e valorizem a ancestralidade e cultura negra, através das políticas públicas...Como as cotas, por exemplo.

O nosso governo pode sensibilizar e conscientizar a sociedade contra o racismo, através de debates, campanhas educativas, participar de eventos relativos ao tema, conscientizar sobre a importância da luta contra discriminação e igualdade racial.

**JUCIANE AFRAUSINO**

Preside o MDB AFRO - do Rio Grande do Sul. Atualmente está a cursar o quarto semestre da Faculdade de Mediação.

09. CULTURA

Cultura: Pilar de Desenvolvimento e Inclusão

DEODORO GOMES

A cultura é uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento social, econômico e humano. Para as gestões municipais, ela não apenas enriquece a identidade local, mas também é uma via para inclusão social e estímulo à economia criativa.

A seguir, apresentamos três propostas estratégicas para fortalecer a cultura nos municípios.

Criação de Políticas de Valorização da Cultura Local

É fundamental desenvolver políticas públicas que valorizem e promovam a diversidade cultural do município. Isso pode incluir o mapeamento e a preservação do patrimônio histórico, a realização de festivais que celebrem as tradições locais e o apoio a artistas e grupos culturais regionais. Essas ações não apenas reforçam a identidade cultural, mas também atraem turistas e fomentam o comércio local.

Implementação de Programas de Acesso e Inclusão Cultural

A democratização do acesso à cultura é um direito de todos. Assim, propomos a criação de programas que levem atividades culturais para as periferias e áreas rurais, como bibliotecas itinerantes, oficinas de artes e música e cinemas ao ar livre. Além disso, é importante oferecer acesso

gratuito ou a preços populares a eventos culturais, garantindo que todos os cidadãos possam desfrutar dessas experiências, independentemente de sua condição econômica.

Fomento à Economia Criativa

Investir na economia criativa é uma estratégia eficaz para gerar emprego e renda. Incentivar o empreendedorismo cultural, por meio de incentivos fiscais e apoio à formação profissional, pode impulsionar setores como audiovisual, design, moda e artesanato. A criação de incubadoras de empresas criativas e espaços de coworking para artistas e empreendedores culturais também são medidas que podem estimular a inovação e o crescimento desse setor.

Essas propostas visam não apenas preservar e promover a cultura, mas também utilizar o potencial cultural como uma alavanca para o desenvolvimento sustentável e a inclusão social nos municípios.

A criação de uma Plataforma para Economia Criativa

Um espaço digital inclusivo que capacite criadores de todo o mundo, promovendo a diversidade cultural e a inovação, e conectando-os diretamente com um público global. Facilitar o desenvolvimento de projetos criativos, proporcionando ferramentas, visibilidade e oportunidades de monetização, enquanto promove a colaboração e o intercâmbio cultural entre criadores e consumidores.

Essa plataforma de economia criativa será um catalisador para a inovação cultural e o desenvolvimento econômico sustentável, oferecen-

do um espaço onde criatividade e empreendedorismo possam florescer de forma integrada e global. Ao capacitar criadores e promover a diversidade, a plataforma contribuirá para a construção de uma economia mais justa, inclusiva e vibrante.



DEODORO GOMES

Produtor cultural com ampla experiência, tendo participado de mais de 45 espetáculos de artes cênicas no Rio Grande do Sul. É sócio fundador e membro de importantes entidades culturais, tais como: a Associação de Atores e Técnicos do RS, o Sindicato de Atores e Técnicos do RS, a Associação dos Produtores de Teatro do RS, a Associação dos Produtores Culturais do RS e a Associação de Artes Cênicas.

Militante e filiado ao MDB há mais de quarenta anos, Deodoro preside o Núcleo de Cultura e Economia Criativa do MDB/RS e representa o órgão partidário no Diretório Estadual.

E-BOOK

GUIA ESTRATÉGICO

**PLANEJAMENTO EM
GESTÃO PÚBLICA - ELEIÇÕES 2024**

Realização:



RIO GRANDE DO SUL

